



UNEB



GESTEC

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO – GESTEC
MESTRADO PROFISSIONAL – ÁREA 1**

CONCEIÇÃO ELIANA CARNEIRO

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E SERVIÇO SOCIAL:
CONTRIBUIÇÕES DA FACULDADE NOBRE (FAN) PARA A GESTÃO SOCIAL
DO TERRITÓRIO PORTAL DO SERTÃO/BAHIA EM ARTICULAÇÃO COM O
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CODES).**

Salvador/BA

2013

CONCEIÇÃO ELIANA CARNEIRO

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E SERVIÇO SOCIAL:
CONTRIBUIÇÕES DA FACULDADE NOBRE (FAN) PARA A GESTÃO SOCIAL
DO TERRITÓRIO PORTAL DO SERTÃO/BAHIA EM ARTICULAÇÃO COM O
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CODES).**

Dissertação de Mestrado Profissional submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação.

Orientador:
Prof^o Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim

Salvador
2013

FICHA CATALOGRÁFICA

TERMO DE APROVAÇÃO

CONCEIÇÃO ELIANA CARNEIRO

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E SERVIÇO SOCIAL:
CONTRIBUIÇÕES DA FACULDADE NOBRE (FAN) PARA A GESTÃO SOCIAL DO
TERRITÓRIO PORTAL DO SERTÃO/BAHIA EM ARTICULAÇÃO COM O
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CODES).

Dissertação de Mestrado Profissional submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação.

Orientador:
Profº Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim (orientador/UNEB)

Profº Dr. Alexandre Almassy Junior (UFRB)

Profª Drª Tania Hetckovisk (UNEB)

Dissertação defendida em: 06 de Junho de 2013.

Ou nos organizamos e lutamos pela transformação da sociedade ou então não teremos uma educação de nova modalidade nem construiremos um homem novo (ORSO, 2008, p.62).

AGRADECIMENTOS

Após tantas experiências vividas, construindo, desconstruindo, reconstruindo, quero agradecer a algumas pessoas que se fizeram presentes neste processo:

À minha mãe Antonia Cordeiro Carneiro, que mesmo sem entender este momento, me apoiou todo o tempo, me encorajando a seguir adiante;

À minha irmã Elza, que DIRETAMENTE foi a responsável por mais essa conquista;

Aos meus irmãos, cunhadas, sobrinhos/as, pelo apoio e pela compreensão nas ausências;

Às minhas companheiras de estrada Salete e Geruza, por todos os momentos vividos em sala de aula, nos congestionamentos da BR 324, e, também pela força mútua.

Aos meus colegas/amigos/as Alfredo, Rosangela, Jane, Jacqueline, Eliezer, Ancelmo, Lili, Gil Moreira, Raulene, Conceição Reis, pela força dada em todo o tempo;

Aos entrevistados dessa pesquisa, pela disponibilidade e subsídios para seguir adiante;

À Jeronimo Rodrigues que mesmo ausente fisicamente se fez PRESENTE sempre!

Às minhas alunas companheiras do NESSDT por terem acreditado no meu projeto e por estarem levando adiante a discussão da integração entre o Serviço Social e o Desenvolvimento Territorial.

Ao Professor Alexandre Almassy e à Professora Tania Hetkohwisk, membros da banca, pela precisa contribuição dada desde a qualificação deste.

Ao meu excelente orientador Professor Dr. Avelar Bastos Mutim, pelo carinho, apoio e crença no meu projeto.

E, a DEUS, Fonte inesgotável que me alimentou durante todo o tempo desta experiência.

Muito obrigada!

Conceição Eliana Carneiro

RESUMO

Discutir sobre a articulação e a integração das políticas públicas voltadas para o atendimento dos direitos dos cidadãos foi uma das iniciativas desse trabalho. Apreender as formas de participação das pessoas a partir da execução da Política Nacional de Assistência Social e da Política de Desenvolvimento Territorial foi uma das estratégias de discussão na pesquisa realizada e mais ainda, a forma como essas duas políticas sociais podem contribuir para fortalecer o ensino superior e vice-versa. E foi através do ensino superior que essa pesquisa tomou corpo e forma, pois o objetivo geral foi analisar como o Curso de Serviço Social da FAN pode contribuir com o desenvolvimento social do Território Portal do Sertão. Para tanto, foi necessário perpassar por um referencial teórico voltado para o entendimento das políticas públicas de Assistência Social, Desenvolvimento Territorial e Educação, bem como discutir a implantação do Curso de Serviço Social na FAN e conseqüentemente no Território de Identidade Portal do Sertão. Além do referencial teórico abordado, vale destacar que a metodologia utilizada foi a da pesquisa aplicada através de análise documental e de entrevistas semi-estruturadas com diretores, professores e estudantes da FAN e com os conselheiros de Desenvolvimento Sustentável do Território Portal do Sertão. Na análise dos dados pôde se perceber que o Curso de Serviço Social pode desenvolver várias estratégias que contribuam com o desenvolvimento social do Território a partir do plano de ação apresentado como produto do Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, que durante dois anos deverá ser executado nos municípios do Território e também na Instituição de Ensino Superior em voga. Salienta-se que essa proposta tem a intenção de contribuir com essa integração das políticas públicas a partir do desenvolvimento das atividades apresentadas e envolvendo três segmentos importantes na sociedade: uma IES de âmbito privado, a sociedade civil e o poder público dos municípios inseridos no Território de Identidade Portal do Sertão.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Assistência Social. Desenvolvimento Territorial. Serviço Social.

ABSTRACT

Discuss about merging and integration of the Public Policies to the citizenships' rights was one of the initiatives of this paper. To learn the ways of people's participation since the National Policy of Social Work and the Territorial Development Policy was one of the strategies used in the research, and moreover the way how those two social policies can contribute to strength the Higher Education and vice-versa. And it was through the High Education that this research took shape and form once the general objective was to analyze how the Social Work Course at FAN can contribute to the social development of the Portal do Sertão Territory. So that, it was necessary to go through a theoretical referential that aims the public policies of Social Work understanding, as well as to discuss the implanting of Social Work Course at FAN and in consequence in the Identity Territory Portal do Sertão. Besides the theoretical referential approached, it is important to highlight that the methodology used was the documental analyses research and the interview with the directors, teachers and students of FAN and the advisors of the Sustainable Development of Portal do Sertão Territory. In the analyses of the data it could be realized that the Social Work Course could develop various strategies that contribute to the territory social development from the action plan presented as the product of the Master Degree in Management and Technologies Applied tot Education which during two years must be executed in the municipalities of the Territory and also in this Higher Education Institution. This purpose has the intention of adding to this integration in the public policies since the development of the activities presented and involving three important segments in society: an IES (private), civil society and the government of the municipalities inserted in the Identity Territory Portal do Sertão.

Keywords: Public Policies. Social Assistance. Territorial Development. Social Work.

LISTA DE SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
ACB	Ação Católica Brasileira
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBSS	Congresso Brasileiro de Serviço Social
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEP	Código de Ética Profissional
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CODES	Conselho de Desenvolvimento Sustentável
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DT	Desenvolvimento Territorial
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EaD	Educação à Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FAN	Faculdade Nobre
GEPET	Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental, Políticas Públicas e Gestão Social dos Territórios
GESTEC	Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação
IES	Instituição de Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
NEPAS	Núcleo de Estudos e Pesquisa em Assistência Social
NEPEX	Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão
ONU	Organização das Nações Unidas
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social

PPC	Projeto Político do Curso
SECOMP	Secretaria Estadual de Combate à Pobreza
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TIPS	Território de Identidade Portal do Sertão
UCISS	União Católica Internacional de Serviço Social
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Número de matrículas no ensino superior em 2007	19
Quadro 2	Alunos matriculados no Curso de Serviço Social 2013.1	58
Quadro 3	Localização geográfica dos municípios	63
Quadro 4	Evolução e Titulação dos Docentes da FAN	84
Quadro 5	Proposta de Plano de Ação da FAN para o Território Portal do Sertão	88

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Aspectos gerais do Território Portal do Sertão – 2010	17
Figura 2	Foto da FAN – 2012	56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Alunos matriculados no Curso de Serviço Social 2013.1	59
Gráfico 2	Alunos do Curso de Serviço Social residentes nos municípios do Território Portal do Sertão	59
Gráfico 3	Formação dos Professores do Curso de Serviço Social	85

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
	CAPÍTULO 1	23
1	POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	23
1.1	POLITICA PUBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	27
1.2	POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	34
1.2.1	O CODES como estratégia de mobilização e gestão	39
1.3	A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO	42
	CAPÍTULO 2	45
2	A TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	45
2.1	ORIGEM E RUPTURAS	45
2.2	O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	52
2.3	A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE ASSISTENTE SOCIAL	54
2.4	O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA FAN	55
	CAPÍTULO 3	61
3	METODOLOGIA	61
3.1	CAMPO DE ESTUDO	62
3.2	SUJEITOS DE ESTUDO	64
3.3	COLETA DE DADOS	65
3.4	TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS	66
3.5	ASPECTOS ÉTICOS	67
	CAPÍTULO 4	68
4	TRILHANDO O CAMINHO DA INTEGRAÇÃO	68
4.1	A ARTICULAÇÃO E A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOCIAL	68
4.2	A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DOS DIRETORES, PROFESSORES, ESTUDANTES E CONSELHEIROS NAS DECISÕES DO TERRITÓRIO PORTAL DO SERTÃO	75
4.3	OS DIRETORES E PROFESSORES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA FAN REPENSANDO SEU OLHAR COM O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO TERRITÓRIO	

	PORTAL DO SERTÃO	78
4.4	A ESTRATÉGIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA FAN EM CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO TERRITÓRIO PORTAL DO SERTÃO	80
	CONCLUSÕES	90
	REFERÊNCIAS	93
	APÊNDICES	98

INTRODUÇÃO

O Brasil após o período de redemocratização¹ passou por uma série de mudanças sociais. No ano de 1988, foi promulgada a nova Constituição Federal que apresenta várias possibilidades de efetivação e de garantia de direitos das pessoas.

Após a promulgação da Constituição Federal, o país passou por um processo de reordenamento administrativo voltado para a descentralização das ações públicas. O Estado foi obrigado a absorver as novas modalidades de administração através da participação social e buscou fortalecer parcerias com as organizações sociais e administrativas, bem como com o setor privado, no sentido de poder gerir o país de forma democrática.

Para compreender o processo de mudanças que o país estava vivenciando, surgiu a proposta da implementação de uma ação, já desenvolvida em outros países da América Latina, que foi a Política Pública, apontada por Saraiva (2006), como

um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão (p. 28).

Se considerar que as decisões públicas após 1988 ocorreram no Brasil de forma participativa (é o que consta na Carta Magna²), buscando modificar uma realidade existente, sobre as Políticas Públicas, Saraiva ainda informa que

numa perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e de alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (SARAIVA, 2006, p. 29).

E, partindo do pressuposto de que a mudança da realidade deve ocorrer com as ações voltadas para a execução das Políticas Públicas, é que o governo brasileiro, juntamente, com as organizações da sociedade civil e também com o

¹ Período em que aconteceram várias situações de retomada e de renovação dos movimentos de oposição, a partir de uma organização social voltada para discutir as questões que garantiam direitos civis, políticos e sociais aos cidadãos brasileiros, conforme aponta Carvalho (2008).

² Denominação da Constituição Federal de 1988.

setor privado construiu um parâmetro voltado para o atendimento e para a efetivação dos direitos da pessoa humana.

Tal parâmetro pode ser visualizado a partir dos Artigos 5º e 6º da Constituição Federal que apregoam respectivamente, “que todos são iguais perante a lei garantindo-se aos brasileiros [...] a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, e à propriedade” (BRASIL, 2006, p. 8) e ainda, que

são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, à assistência aos desamparados (BRASIL, 2006, p. 10).

Mas, para que esses direitos possam ser garantidos, se faz necessário que a população possa participar ativamente da elaboração, execução, implementação e avaliação de ações voltadas ao atendimento e garantia de seus direitos.

Considerando que através das Políticas Públicas surge a possibilidade de uma construção conjunta, é que essa pesquisa busca analisar as concepções de diretores, professores e alunos do Curso de Serviço Social da Faculdade Nobre (FAN) sobre o Desenvolvimento Territorial, como base para refletir sobre as possíveis contribuições da Instituição de Ensino para a gestão social e sustentável do Território Portal do Sertão/Bahia.

Para atender essa expectativa, o estudo ainda conta com os seguintes objetivos específicos que pretendem: a) Compreender a relação entre as Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial e de Assistência Social, focando o contexto da FAN e do Território Portal do Sertão; b) Analisar as concepções de professores e alunos do curso de Serviço Social da FAN e de Conselheiros Territoriais sobre o Desenvolvimento Territorial e o Serviço Social; e, c) Propor a criação de um programa de ação e agenda comum entre a FAN e o Conselho de Desenvolvimento Sustentável (CODES), viabilizando meios institucionais para ampliar a participação dos estudantes e dos professores do Curso de Serviço Social nas atividades do Conselho, assim como a participação dos membros do CODES nas atividades desenvolvidas pela FAN.

Essa discussão surge como objeto de pesquisa e ao mesmo tempo, como proposta de um produto concreto do Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC), quando passou a se perceber o quão distantes estão estas duas Políticas Públicas e como esse Programa de Mestrado pode

contribuir na execução de ações, que sejam disseminadas nesses espaços, visando contribuir com o desenvolvimento social.

Tal distância é marcada pela pouca divulgação da Política de Desenvolvimento Territorial, que foi implantada no país no ano de 2003³, bem como pela pequena possibilidade que o Curso de Serviço Social da FAN proporciona aos seus alunos, no que diz respeito à pesquisa e à extensão nessa área.

Desde a época da graduação⁴, em Serviço Social, que surgiu o desejo de compreender melhor a importância do Desenvolvimento Territorial para as Políticas Públicas e, conseqüentemente, quais as vantagens da nova reorganização do Estado em agrupar os municípios em Territórios. Por outro lado, o desejo de saber como o Serviço Social pode contribuir no fortalecimento dessa Política, já que seus profissionais são capacitados e formados para atuar diretamente na elaboração, execução, implementação e avaliação de Políticas Públicas.

Uma das percepções foi que a reorganização territorial não era, ainda, suficiente para que a proposta governamental sobre os territórios tivesse o efeito desejado. Ainda faltava, algo mais. E foi justamente esse sentimento de ausência de uma ação que essa discussão foi trazida, já que a Política Territorial implantada ainda encontra-se em fase de organização e implementação. Por outro lado, o Curso de Serviço Social já tem suas características próprias na formação de profissionais que atuam diretamente nas mais diversas Políticas Públicas, a exemplo das Políticas de Saúde, de Habitação, de Assistência Social, dentre outras e estes espaços estão sempre crescendo, a exemplo da Política de Desenvolvimento Territorial que é um novo espaço de atuação do Assistente Social, conforme aponta lamamoto (2012) ao reconhecer que,

possibilidades novas de trabalho se apresentam e necessitam ser apropriadas, decifradas e desenvolvidas; se os assistentes sociais não o fizerem, outros farão, absorvendo progressivamente espaços ocupacionais até então a eles reservados. Aqueles que ficarem prisioneiros de uma visão burocrática e rotineira do papel do Assistente Social e de seu trabalho entenderão, como “desprofissionalização” ou “desvio de funções” as alterações que vêm se processando nessa profissão (p. 48).

Diante dessa afirmação e da realidade que ora o país se encontra, no sentido de ampliação das Políticas Públicas, percebe-se a necessidade de provocar os

³ Conforme descrito no Capítulo 3.

⁴ Entre os anos de 2003 e 2007.

estudantes e profissionais do Serviço Social a se inserir nesses diversos espaços sociais existentes, neste caso, a Política de Desenvolvimento Territorial. Sobre essa questão MUTIM(1992) acrescenta que

Cabe, ainda, à Universidade desenvolver uma ação pedagógica para apoiar a Gestão Social do Desenvolvimento por meio da formação dos agentes de desenvolvimento, que são aqueles que buscam provocar mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento, tornando-o mais justo e solidário (p.118).

É a partir dessa importância de fortalecer o Desenvolvimento Social que entende-se a necessidade de provocar a FAN através do Curso de Serviço Social em adentrar nas discussões e ações sobre o desenvolvimento social dos Territórios e, ao mesmo tempo, extrapolar o espaço físico da Instituição, elegeu-se o Território de Identidade Portal do Sertão (TIPS), implantado no ano de 2005⁵, constituído por 17 municípios⁶, que em sua maioria vivencia as mesmas dificuldades e facilidades na sua gestão, visto que estão inseridos em uma mesma área geográfica, e economicamente, ativa.

O Território Portal do Sertão possui cerca de 5.796,56 km² e uma população estimada em 856.252 habitantes, conforme aponta os dados da Secretaria Estadual de Planejamento (BAHIA, 2012).

FIGURA 1 – Aspectos gerais do Território Portal do Sertão

⁵ Conforme Ata de Assembleia Geral do Conselho.

⁶ Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antonio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova.



Fonte: BAHIA, 2012.

Como é possível observar na Figura 1, é neste Território que está inserido o município de Feira de Santana, local onde está localizada a FAN. Feira de Santana se destaca por ser o segundo maior município do Estado da Bahia com cerca de 560 mil habitantes, segundo Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), reconhecida pelo Governo do Estado como Metrôpole no ano de 2011.

Devido a sua magnitude geográfica e econômica, Feira de Santana supera os demais municípios do Território, principalmente no que tange à questão do desenvolvimento econômico, pois o mesmo está situado em um entroncamento viário importante para o país, já que é atravessado pelas Rodovias Federais: BR 116, BR 101 e BR 324, importantes na escoação de produtos e transportes de muitos brasileiros que pretendem ultrapassar os limites das regiões.

Além de outras possibilidades ampliadas de desenvolvimento, o município de Feira de Santana se destaca pelo grande acesso à educação formal superior. É possível identificar, neste município, cerca de 20 Instituições de Ensino que promovem, para os demais municípios do Território, a oportunidade de formação em diversas áreas do conhecimento, com mais de 130 cursos de graduação e de pós-graduação, além de outras atividades de natureza acadêmica, incluindo-se aqui

além do ensino, aquelas configuradas como de pesquisa e/ou de extensão (BAHIA, 2011).

Destacam-se dentre as Instituições de Ensino Superior (IES), a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), na área pública, que oferta mais de 100 cursos de graduação e de pós-graduação, e no âmbito privado, essa pesquisa destaca a Faculdade Nobre (FAN), local da intervenção desta proposta.

Vale salientar que além dessas IES existentes no município de Feira de Santana, há também nos demais municípios do TIPS outras Instituições de Ensino Superior na modalidade de Educação à Distância (EaD) e também na modalidade presencial.

Por esses destaques dados à cidade de Feira de Santana, corrobora-se que há um número considerável de IES e por conta disso, o município agrega um grande número de pessoas advindas de localidades circunvizinhas para frequentarem os cursos de nível superior ofertados.

Porém, percebe-se o quanto ainda é grande o desafio para o Território Portal do Sertão, investir na Política Pública de Educação, destacando nesse sentido, a educação superior, pois ainda é muito pequeno o número de estudantes nesse nível de ensino. Diante dessa situação muitas discussões vêm ocorrendo em diversas instâncias para que esse número possa ser ampliado em maior escala, com a oferta de vagas e também cursos diversos que proporcionem a inserção de estudantes, prova disso é a ampliação do Campus Universitário da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) que implantará em Feira de Santana mais de seis cursos de graduação a partir do segundo semestre de 2013.

O que se percebe diante dessa situação é que a educação formal, a cada dia, está mais envolta ao processo de desenvolvimento do Território visto que é através dela que se pode chegar a um nível de entendimento sobre as Políticas Públicas e, através deste entendimento, as pessoas possam de fato, ter acesso aos seus direitos básicos, cuja promoção se constitui em dever do Estado.

Por outro lado, não se pode negar que a educação informal já ocupa também uma posição de destaque no Território, quando se percebe a atuação de várias organizações da sociedade civil, discutindo e pensando propostas que garantam o desenvolvimento.

Compreendendo tal situação, é que a necessidade de integração e expansão das ações das Instituições de Ensino junto às ações desenvolvidas pelo Território

Portal do Sertão se faz pertinente, considerando que os municípios, elementos do processo organizacional e administrativo dos Territórios, possam absorver sua própria mão de obra, de forma qualificada através dos cursos superiores existentes.

Salienta-se ainda que para gerir essa política de integração e gestão nos Territórios foram criados os Conselhos de Desenvolvimento Sustentável (CODES), como forma de dinamizar o processo da gestão social, bem como fiscalizar as ações executadas e contribuir para que de fato as Políticas Públicas sejam articuladas na busca do desenvolvimento territorial sustentável.

Diante desse contexto em que as estratégias utilizadas vêm ocupando uma pauta importante na agenda política e ainda, percebendo que a população está, de forma tímida, compreendendo essa articulação e integração das Políticas Públicas, este estudo visou responder ao seguinte questionamento: Qual a influência que as ações do curso de Serviço Social da FAN pode ter junto ao CODES no fortalecimento do desenvolvimento sustentável do Território de Identidade Portal do Sertão/Bahia?

Sendo o curso de Serviço Social uma das possibilidades de formação através do ensino superior e também uma das estratégias de fortalecimento do desenvolvimento social, existe a possibilidade de realização de algumas ações/atividades ⁷ que desencadeiem um processo de fortalecimento do desenvolvimento sustentável, pautado na realidade dos municípios, abordada pelos diretores da instituição, professores, estudantes e também pelos conselheiros.

Considerando que a FAN atua no Território Portal do Sertão, através da oferta de cursos de graduação e pós-graduação e que atende um público de cerca de 40% de seus alunos advindos de municípios menores, vizinhos à Feira de Santana, espera-se que a IES possa contribuir com o desenvolvimento social do Território, através de ações que viabilizem o fortalecimento dos municípios e reforce a formação dos estudantes na perspectiva da interdisciplinaridade através do ensino, pesquisa e extensão.

Por outro lado, a política de Desenvolvimento Territorial também tenta articular e proporcionar um conhecimento sobre a identidade da região na busca de uma melhoria coletiva em várias áreas, e para tanto, neste contexto, o CODES pode

⁷ Explicitadas no Plano de Ação – Capítulo 4.

inserir em sua agenda a discussão e a realização de atividades com a parceria dos estudantes e profissionais de Serviço Social que já atuam no Território.

Apesar da percepção de que a maioria das atividades desenvolvidas pelos Territórios é direcionada à área rural, devido a origem dessa estratégia, a qual foi criada para atender as demandas de trabalhadores rurais representados por suas respectivas organizações sociais, o que não deixa de ser importante, percebe-se também, como a educação informal é importante. Desta forma, esse estudo também pretende estimular a maior atuação das organizações na área urbana, compreendendo que neste espaço também acontecem muitas ações que contribuem para o melhor desenvolvimento territorial sustentável.

Para tanto, buscar-se-á com essa pesquisa, contribuir com a maior interação entre uma IES privada e uma Política Pública, visando com isso provocar uma discussão mais ampliada sobre o desenvolvimento sustentável e social do Território de Identidade Portal do Sertão, bem como despertar e fortalecer o diálogo entre o público e o privado no âmbito do desenvolvimento.

E, partindo do pressuposto de que a política de Desenvolvimento Territorial ainda é pouco divulgada nos espaços de ensino superior, destacando-se o Curso de Serviço Social da FAN, bem como, é ainda pequena a inserção de profissionais de Serviço Social nos colegiados territoriais, e, ainda, é mínima a participação da IES nesta área e nos seus respectivos espaços de discussão. Assim, esse trabalho pretende proporcionar uma articulação mais fecunda entre a Faculdade Nobre, através do Curso de Serviço Social, e o CODES no que se refere ao desenvolvimento sustentável e social do Território de Identidade Portal do Sertão (TIPS), através da participação dos diretores, professores e estudantes do Curso atuando nas ações desenvolvidas no Território, bem como estimular o CODES a adentrar nos espaços do ensino superior privado, reconhecendo as IES como parceiras potenciais para alavancar o desenvolvimento territorial.

Verificar-se-á nesse texto, no primeiro capítulo, uma discussão ampliada sobre as Políticas Públicas no Brasil, enfatizando as Políticas de Assistência Social e de Desenvolvimento Territorial. No segundo capítulo será tratada a implantação do Serviço Social no Brasil e sua trajetória até os dias atuais. No terceiro capítulo, a discussão permeia sobre o método adotado nesse estudo bem como os dados coletados e, no último e quarto capítulo, apresenta-se a análise dos dados e as propostas de uma possível integração entre a FAN e o CODES Portal do Sertão na

busca de fortalecer o desenvolvimento social e sustentável do Território. Para concluir o trabalho, apresentam-se as conclusões numa perspectiva de contribuição para melhoria do desenvolvimento social do Território.

CAPÍTULO 1

1 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Após a Segunda Guerra Mundial muita coisa mudou na gestão pública dos países. Houve uma reformulação de ideias e práticas nas ações desenvolvidas pelo Estado. Naquele momento, a política planejada passou a ser a protagonista da gestão pública. Vale salientar que a administração exerceu um papel diferenciado na gestão, por conta da sua própria ação burocrática.

Foi através da administração como ciência criada no início do século XX que a gestão pública começou a inovar, pois se passou a sentir necessidade de organizar melhor e de forma mais didática as ações desenvolvidas pelo Estado. Tal estratégia provocada pelos meios ofertados pela administração fez com que a otimização dos recursos públicos⁸ viesse à tona para garantir uma melhor execução das ações governamentais.

No Brasil essa situação não foi diferente, após o longo período de uma gestão centralizadora, voltada para atender aos interesses do grupo militar que governava o país, no final da década de 1980, aconteceu uma forte mobilização social que buscou trabalhar a participação nas ações do Estado, de forma que a sociedade pudesse contribuir na elaboração, execução e implementação de suas ações.

Isso só foi possível com o retorno da democracia que segundo Coutinho, citado por Souza Filho (2011, p.3), é o instrumento que possibilita resolver determinadas situações oriundas das divergências existentes na sociedade de forma mais positiva para o enriquecimento do gênero humano.

E é através dessas divergências sociais que muitas vezes um determinado problema passa a ter uma amplitude maior, carecendo de uma atenção por parte do poder público. Quando isso acontece, surge uma das primeiras etapas para a implantação de uma política pública, pois o problema passa a fazer parte da agenda política do governo. Além dessa etapa, para que uma política pública possa existir são necessárias outras seis segundo Saravia (2006), quais sejam:

⁸ Entendendo recursos públicos como recursos financeiros, humanos e materiais.

a) a etapa da **inclusão** do problema na agenda política – que surge a partir de uma demanda social; b) a etapa da **elaboração** – que consiste na identificação e delimitação do problema; c) a **formulação** – que define os objetivos a serem alcançados acompanhados de um planejamento financeiro, administrativo e jurídico; d) a **implementação** – momento de preparação para por em prática as ações da política pública; e) a **execução** – que é por em prática as ações pensadas; f) o **acompanhamento** – que o momento da supervisão para possíveis adequações; e por último a **avaliação** – que é o momento de mensuração e análise do que foi colocado em prática (p.32-34).

Frente a essa situação, fica claro compreender que a administração pública deve se colocar como responsável pela certeza ou incerteza causada pelas políticas públicas, visto que a mesma depende de um planejamento pautado em estratégias que possam contribuir no desenvolvimento social e político e também o seu resultado depende da parte executora e da parte receptora da ações.

Uma das mais importantes estratégias que podem ser utilizadas para o bom desempenho das políticas públicas é o fortalecimento do processo democrático, pois a partir da democracia, pode-se buscar várias formas de participação e assim, de identificação dos problemas sociais, partindo da própria sociedade, conforme consta na Carta Magna brasileira, no seu artigo 1º que preconiza,

a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: I- a soberania; II- a cidadania; III- a dignidade da pessoa humana; IV- os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V- o pluralismo político (BRASIL, 2007, p. 8).

Diante dessa assertiva, percebe-se que a população desde que organizada tem um poder perante o Estado, na busca da implantação e implementação de políticas que atendam as necessidades do público.

Quando se fala sobre política pública, existem algumas definições sobre a mesma, pois se trata de um instrumento da administração pública que provoca mudanças estruturais na própria estrutura política como também na estrutura social. De acordo com Saravia (2006, p. 28) “a política pública é um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”.

Na visão desse autor, a política pública é denominada como um conjunto de ações e decisões que proporcionam mudanças na sociedade, porém, de acordo com Cohen (2007, p. 99), “a política é a expressão qualitativa dos objetivos políticos

priorizados e que concretizam naqueles programas que convergem nos mesmos objetivos”, o que significa dizer que a política é o meio pelo qual o Estado deve desempenhar seu papel através da mediação, já que têm-se no país um modelo de política descentralizada e co-financiada, priorizando ações que cumpram os objetivos desejados, tanto por parte do Estado como por parte da sociedade.

Para que uma política pública possa ter seu objetivo alcançado é necessário que se conceba uma integração entre quem oferta e quem recebe as ações propostas, para tanto, essa talvez seja a maior das dificuldades existentes, visto que na maioria das vezes, os fundamentos colocados pela Constituição Federal no Artigo 1º, na maioria das vezes, deixam de ser atendidos.

É necessário também que haja por parte do poder público um investimento para o atendimento das necessidades elencadas quando da elaboração das políticas públicas, pois, para a sua existência é necessário que se realize antes uma mobilização social para que a mesma possa ser inserida da agenda política. Tal investimento deve ser pensado não apenas através das finanças, mas também na questão dos insumos básicos de materiais, recursos humanos dentre outros.

Se as políticas públicas são instrumentos de manutenção do governo que através de suas ações contribuem no acesso e na garantia dos direitos sociais, cabe ao Estado pensar e executar propostas e ações que desencadeiem um processo democrático fortalecido pela Carta Magna em 1988.

Por outro lado, cabe também à sociedade fazer valer essa democracia, reconquistada após tantos momentos de negação e de perdas no país no período em que o Governo Militar assumiu a gestão pública. Para que a sociedade possa reconquistar esse espaço é necessário que a participação seja algo constante em suas vidas e assim sendo vire rotina participar de espaços públicos de deliberação das políticas públicas, a exemplo dos Conselhos Municipais.

Segundo Teixeira (2002, p.27), “a participação supõe uma relação de poder, não só por intermédio do Estado, que a materializa, mas entre os próprios atores, exigindo determinados procedimentos e comportamentos racionais”. Frente a essa afirmação percebe-se o quanto a participação na elaboração e implementação das políticas públicas é importante, pois é a partir dela que se pode construir e reconstruir ações que dinamizem e efetivem os direitos sociais.

Ainda sobre a discussão das políticas públicas no Brasil, observa-se que após 1988, tem-se no país uma nova reconfiguração da administração pública e,

consequentemente, uma nova proposta de efetivação dos direitos sociais, políticos e civis da população. Tal reconfiguração surge com o reordenamento político brasileiro com a perspectiva da participação institucional de organizações sociais que na busca da garantia dos direitos, participaram efetivamente no final da década de 1980 da elaboração das políticas públicas, dentre elas a da Assistência Social, conforme está descrita na próxima seção.

Porém, após esse período, no início da década de 1990, as políticas públicas sofreram algumas alterações, principalmente devido a um desequilíbrio econômico vivenciado no país, o que gerou reforma nas políticas públicas, principalmente, naquelas que efetivavam diretamente os direitos básicos. De acordo com Alencar (2010),

o Brasil passou a seguir o receituário neoliberal, promovendo a inserção econômica numa ordem globalizada, a privatização do Estado, a redução dos gastos sociais, desenvolvendo, em suma, políticas econômicas com impactos negativos sobre as condições estruturais da produção e do mercado de trabalho (p. 67).

Percebe-se com essa afirmação que muitas mudanças ocorreram, principalmente no que diz respeito à garantia aos direitos sociais, contrariando inclusive o que ocorreu no período da década de 1980, já que os direitos sociais foram enfatizados com a promulgação na nova Constituição Federal.

O Brasil, por ter sido um país que inovou no que diz respeito às garantias sociais, sofreu no setor econômico, ao menos no olhar dos grandes países e para tentar recuperar esse “tempo perdido” foi de certa forma, obrigado a acompanhar o desenvolvimento econômico que estava acontecendo no nível mundial, que apresentava uma perspectiva de globalização.

E diante das negociações realizadas entre os países,

pode-se afirmar que durante a década de 1990, no bojo das profundas alterações sociais e econômicas por que passou a sociedade brasileira, aprofundaram-se as desigualdades sociais, constituindo-se sob novos parâmetros, a exclusão social (ALENCAR, 2010, p.76).

E para minimizar os efeitos dessa exclusão social citada pela autora, foi necessário que na década de 2000, o governo mudasse e, muitas políticas sociais passaram a ter prioridade na agenda política do Estado, passando por alterações

significativas, citando como exemplo, a nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS), conforme segue na seção vindoura.

1.2 A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ao falar dos direitos no mundo, destacam-se dois períodos marcantes na história, sendo o primeiro antes e o segundo, depois da Segunda Guerra Mundial (BOBBIO, 2004). Isto porque, antes da Segunda Guerra Mundial, as pessoas não eram respeitadas como tais, e, quando os países resolviam defender seus interesses, utilizavam as pessoas, como alvo de seus interesses promovendo guerras sangrentas.

Foi depois da Segunda Guerra Mundial, no ano de 1945, que o mundo passou a se interessar e a discutir questões relativas à vida do ser humano e, conseqüentemente, a pensar em seus direitos básicos.

Para fortalecer essa ideia a Organização das Nações Unidas (ONU) convocou grande parte dos países do mundo para discutir sobre a garantia dos direitos das pessoas e no ano de 1948 foi adotada, em grande parte do mundo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que passou a discutir questões relativas aos direitos do homem.

No entanto, não bastou apenas a adoção de uma Declaração para que os direitos das pessoas fossem garantidos, e por muitos anos tais direitos não foram respeitados na maioria dos países, conforme aponta Bobbio (2004, p.23), o “problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de *justificá-los*, mas o de *protegê-los*. Trata-se de um problema não filosófico, mas político”. E essa questão de caráter político tem a ver com os fundamentos da Carta Magna brasileira. A participação política é algo importante nesse processo, pois é através dela que se pode conseguir alterar a realidade ora vivida por milhares de pessoas que estão “desprotegidas” de seus direitos básicos, fundamentados e garantidos pela DUDH e pela Constituição Federal (CF/88), que preconiza no seu artigo 5º que

todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 2007, p. 10).

E diante dessa “igualdade” apresentada pela Carta Magna brasileira, que muitas mudanças ocorreram no país, havendo destaque para a garantia da Assistência Social como um direito a todos os cidadãos, conforme consta no Artigo 203 da CF/88, considera que diz que “a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social” (BRASIL, 2007, p. 57), porém esse direito, por muito tempo deixou, de ser garantido devido a diversos fatores que envolvem os segmentos sociais.

Formando o tripé da Seguridade Social, que promove e garante os serviços nas áreas da Previdência Social e Saúde, a Assistência Social, assume a cada dia uma forma de política acessível, universal e apreciada por todos os outros setores, devido à forma como vem sendo executada desde o ano de 2004.

Por muito tempo, a Assistência Social foi considerada como benesse, favor e caridade, sem contar que serviu também de suporte para ascender vários segmentos sociais como, por exemplo, as primeiras-damas⁹ através do modelo criado pela Legião Brasileira de Assistência – LBA¹⁰ (BRASIL, 2005, p. 81).

Segundo Campos (2006, p. 102), a política de assistência social inova a cada dia a partir de sua “inscrição enquanto direito do cidadão e dever do Estado, sepultando, assim pelo menos do ponto de vista legal, a tradição assistencialista”.

Campos (2006) ressalta ainda que, um dos grandes desafios para que o direito à assistência social possa se efetivar é a participação da sociedade civil no exercício do controle e da fiscalização da mesma, enquanto política pública, através dos Conselhos, Fóruns e outros espaços públicos.

Segundo a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), instituída através da Lei nº 8.742/93, a Assistência Social é uma política pública de acesso universal, sendo

direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um

⁹ As primeiras-damas por muito tempo assumiram uma postura caritativa frente às Secretarias Municipais e Estaduais de Assistência Social.

¹⁰ Época considerada como a segunda ação inaugural da Assistência Social Brasileira.

conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 2004, p. 1)

Mesmo tendo como marco referencial a promulgação da Constituição Federal/1988 e a implantação da LOAS, por muito tempo, os direitos sociais foram e ainda são negados aos cidadãos, e isso acontece devido a um contexto histórico e econômico em que o Brasil está inserido, através do sistema capitalista que tenta estruturar ações entre o Estado, a Sociedade e o Mercado, buscando com isso uma economia mista de bem estar (PEREIRA, 2003).

A autora ressalta ainda que

nunca nenhum governo, em nenhuma parte do mundo capitalista, pretendeu assumir, sozinho, a responsabilidade de dar respostas às demandas e necessidades sociais engendradas pelo próprio sistema. (PEREIRA, 2003, p.77).

Frente a essa indefinição, o país passou e ainda vive um período com um grande índice de desempregados, de pessoas marginalizadas e vulneráveis aos riscos sociais, envolvendo diversos segmentos conforme afirma Dedecca (1996) mencionado por Alencar (2010), que argumenta que,

o mercado de trabalho brasileiro, historicamente heterogêneo, desigual e excludente, apresenta-se na década de 1990 tal como um caleidoscópio diante da variedade de formas de contrato (assalariados sem carteira, trabalho autônomo, subcontratação, trabalho temporário) e situações de trabalho (trabalho irregular, parcial, em domicílio), do surgimento de ocupações atípicas e do desemprego (p.71).

E além do mercado de trabalho ter vivido essa instabilidade, outras áreas também sofreram com “submissão social” como prática, que nem mesmo os grupos sociais e tampouco o poder público fez algo para mudar esta situação, pois a cada dia o modelo exclusivo e globalizado se fortalece e faz com que “as pressões sobre os serviços sociais aumentem sobre a política não-contributiva, ou seja, a assistência social” (PAIVA, 2006, p.14).

E isso se torna real, quando a

abrangência e o significado da assistência social, são configurados a distinguir o direito, a qualquer cidadão brasileiro, aos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, até então desconhecidos categoricamente ou mesmo negligenciados (LOPES, 2006, p. 77).

O que caracteriza que todos os cidadãos têm direitos e que estes devem ser assegurados para garantir maior dignidade à sociedade. Diante disso, Souza (2003, p.118) salienta que, “na história do Brasil as políticas sociais demonstram muito claramente a alternância de formas de produção dessas políticas” e, é esta forma específica de se lidar com as questões sociais que impede o acesso e a garantia plena dos direitos sociais, previstos na Constituinte a todo cidadão brasileiro.

Perante esta focalização e centralização das ações na área da Assistência Social, que se fez necessário ao país pensar em perspectivas que consolidem a democracia e a universalização dos direitos sociais, previstos na Constituição Federal de 1988.

Tais perspectivas podem ser direcionadas ao ano de 2004, quando a gestão da política de Assistência Social brasileira passou por mudanças no seu cerne, sendo re-elaborada para ampliar e garantir o acesso aos direitos sociais, conforme prerrogativa deliberada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que teve como objetivo maior materializar as diretrizes¹¹ da Lei nº 8.724/93 que instituiu a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Frente a essa questão, se faz necessário um aprofundamento sobre a real situação desta política pública, visto que a mesma a cada dia vem se fortalecendo através de suas ações, mudanças de conceitos e de execução, por outro lado, há ainda a necessidade de uma maior participação das pessoas para que a Política Pública de Assistência Social possa atender às demandas vigentes.

A forma como a Assistência Social era vista no Brasil na década de 30, resgata um processo histórico em que o paternalismo, o coronelismo e o favoritismo eram práticas exercidas pelos sujeitos que detinham maior poder econômico e, conseqüentemente, político, sob uma grande parcela da população que não tinha informações necessárias para entenderem a situação de opressão.

Tais práticas, segundo Martinelli (2006, p.155), “visualizava a assistência como uma forma de controlar a pobreza e de ratificar a sujeição dos trabalhadores aos interesses da classe dominante”, que muitas vezes se esquivava de seu papel de cidadãos por medo de perderem seus empregos.

¹¹ Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; II Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

Para Carvalho (2006, p.124) “a Assistência Social é uma velha prática social, mas jovem política pública”. Dessa forma fica fácil entender que tais práticas eram tidas como normais para muitas pessoas que dependiam da classe burguesa para sobreviver e sustentar sua família, compreendendo que através de favores e/ou trocas era o correto e não as entendiam como política por não conhecerem seus direitos.

Diante disso, o modelo assistencial que perdurou no Brasil por muitas décadas vem sofrendo uma mudança relevante, no que diz respeito ao acesso dos direitos socioassistenciais.

Com a decisão da Assistência Social como uma política pública, a mesma passou por várias definições e avanços considerados de suma importância na sua trajetória. A nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é considerada um marco histórico nas políticas sociais brasileiras e tem como objetivos principais:

prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básico e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem, contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais e assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004, p.33).

Portanto, a partir deste contexto no Brasil, pode-se dizer que a construção é contínua para que se possa, efetivamente, atender os princípios apresentados na Constituição Federal, na LOAS e na Declaração dos Direitos Humanos, instituída no ano de 1948, que indica

como ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, se esforce através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição (BRASIL, 2001, p. 15).

A Assistência Social desempenha uma função de “medida progressiva”, porque possibilita aos cidadãos a oportunidade de exercer os seus direitos que lhes são assegurados por Lei e a LOAS indica o caminho para consignar direitos de forma participativa e cidadã.

A re-elaboração da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) mudou a forma de gestão da própria política e, conseqüentemente, de execução dos Programas Sociais nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Essa, talvez seja a grande novidade da PNAS, pois os governantes estavam acostumados com um tipo de política desenvolvida pela prática frequente do “*favoritismo*”, “*paternalismo*” e “*benevolência*”. Porém, essa mudança na prática ainda não tem acontecido, pois requer mudanças de paradigmas dos profissionais e da própria sociedade que ainda traz consigo um legado assistencialista.

Todo o processo de (re) elaboração, discussão e aprovação torna-se um marco histórico para o Brasil e, principalmente, para os profissionais e usuários da Assistência Social, pois a

Política Nacional de Assistência Social ora aprovada expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social (BRASIL, 2004, p.11).

A outra novidade que a PNAS aponta é o novo conceito de família que diz respeito às pessoas que vivem sob o mesmo teto, não importando se tenham ou não laços consanguíneos. Nesta perspectiva, “podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade” (BRASIL, 2004, p.41).

Mas não são apenas mudanças de práticas e conceitos que a PNAS traz de novo, ela reforça o papel da Sociedade Civil como responsável pelo exercício e controle social,

que tem sua concepção também na Constituição Federal enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político administrativa-feinanceira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado. Dentro dessa lógica o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos balizados nos preceitos constitucionais (BRASIL, 2004, p. 51).

De certa forma, parece fácil exercer o controle social num país onde as questões não são discutidas suficientemente com a população para que sejam aprovadas ou não. Por mais que se registre a importância da sociedade civil na implementação e execução da Política Nacional de Assistência Social, tal prática ainda encontra-se no nível do discurso.

Um dos espaços em que a sociedade civil mais participa são os Conselhos Federais, Estaduais e Municipais, que segundo Raichellis (2006, p.110) “são canais importantes de participação coletiva, que possibilitam a criação de uma nova cultura política e novas relações políticas entre governos e cidadãos”.

Os Conselhos são espaços de criação, deliberação, fiscalização e execução de políticas. Porém, a participação não é efetivada devido a vários fatores: de um lado por parte da sociedade civil que enfrenta várias questões, dentre elas, a financeira, e, por outro lado, por parte do poder público que: a) não prioriza o espaço do Conselho como importante para deliberação de ações; b) muda constantemente os representantes nos Conselhos, o que acarreta em não priorizar a continuidade dos processos que são discutidos, enfim, são questões enfrentadas pelos segmentos sociais, como deveriam.

Porém, estes desafios são insuficientes para uma desmotivação política da sociedade civil frente ao controle social das políticas públicas e, dentre elas, a de Assistência Social, que chega aos municípios com inovações na sua gestão, muito pelo contrário, “o controle social passa a ser questão de princípio, dever constitucional e não apenas opção política de um ou outro governo” (PEDRINI; PINHEIRO, 2005, p. 34) e deve ser exercida pela sociedade civil.

A nova Política Nacional de Assistência Social se divide em dois sistemas de proteção: a Proteção Social Básica¹² e a Proteção Social Especial¹³, que presta um atendimento a todo cidadão que esteja em situação de risco social.

Este atendimento visa assegurar aos usuários, de forma universal e qualitativa, serviços prestados através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que atendem aos usuários da Proteção Social Básica e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que atendem aos usuários da Proteção Social Especial.

É a partir da nova PNAS que todo o país passa a trabalhar com uma nova forma de gestão que promove sua auto-regulação e execução, através do Sistema

¹² Segundo a PNAS, a Proteção Social Básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e, ou, fragilização de vínculos afetivos.

¹³ Segunda a PNAS, a Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

Único de Assistência Social – SUAS que tem um “modelo de gestão descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais” (BRASIL, 2004, p. 39).

O SUAS tem a pretensão de unificar todas as ações da Assistência Social. Esse é mais um desafio que o país está enfrentando na política social, pois a mudança de sistema está envolvendo todos os segmentos sociais, que estão se adequando ao novo modelo de atuação e de gestão da assistência social.

E, além de todos esses destaques trazidos pela nova PNAS, na busca de um melhor atendimento à população, a mesma ainda traz uma característica relevante neste trabalho, que a integração das políticas públicas de educação e de desenvolvimento territorial, quando a mesma trata da questão da territorialização, que

considerando que muitos dos resultados das ações da política de assistência social impactam em outras políticas sociais e vice-versa, é imperioso construir ações territorialmente definidas, juntamente com essas políticas (BRASIL, 2004, p.43).

Percebe-se que a nova PNAS apresenta, também, a preocupação de articular as políticas públicas e suas respectivas ações, na busca de atender as demandas da sociedade de forma que as atividades aconteçam intersetorialmente e territorialmente, valorizando com isso as potencialidades de cada espaço socioterritorial.

1.2 A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Diante da necessidade de ampliação das políticas públicas voltadas para o atendimento de todos os cidadãos, e também, buscando garantir os direitos sociais, que foram reduzidos na década de 1990, é que as organizações da sociedade civil voltam a se mobilizar na busca de uma nova forma de gestão que priorizasse a integração das ações realizadas no âmbito dos municípios e respectivamente, das regiões.

Tal necessidade foi provocada pela pequena participação das pessoas na gestão dos programas, projetos e ações desenvolvidas pelo governo federal e pelos

governos estaduais, o que contrariava o princípio da descentralização das políticas públicas e o princípio da participação, inseridos na Constituição Federal de 1988.

Segundo Nogueira (2005), a descentralização foi impulsionada pelo processo de redemocratização vivido no país no final da década de 1980, quando os grupos sociais foram às ruas para conquistar seu espaço na gestão das políticas públicas.

É sabido que esse processo de descentralização fortaleceu a gestão administrativa das políticas públicas e, por isso, algumas organizações sociais participam mais ativamente de movimentos que provoquem a agilidade do governo na descentralização das ações, visto que,

descentralizando suas atribuições e atividades, o Estado teria como se concentrar no fundamental, reduzir seus custos operacionais, diminuir seu tamanho e ganhar, com isso, maior leveza e agilidade (NOGUEIRA, 2005, p. 52).

A sociedade, cansada de sofrer tantas mazelas sociais, a exemplo do desemprego, da exclusão social, dentre outras, causadas pelo sistema neoliberal implantado no país na década de 1990 em que aconteceu segundo Lavallo (2003) e Dagnino (2002) citados por Nogueira (2005), uma

clara inflexão... não só nos movimentos sociais, mas também a própria literatura que de algum modo os acompanhava, trocaram um posicionamento mais combativo e emancipatório, bem como um conceito mais normativo de sociedade civil, por uma postura pragmática, menos sobrecarregada de expectativas e solidamente direcionada para a busca de espaços alternativos nos quais fosse possível modificar os termos da regulação estatal e promover um encontro (uma parceria) entre o Estado e a sociedade civil. Nesse processo não acontecia a gestão social (p. 58).

A partir da provocação causada pelas organizações sociais, diante dessa inflexão sobre sua própria atuação, e também a partir da busca de alternativas para a sua atuação de forma mais direta, é que foram pensados os territórios, tendo como um dos maiores mentores dessa proposta o teórico e geógrafo Milton Santos que afirma:

os territórios tendem a uma compartimentação generalizada, onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local da sociedade nacional (SANTOS, 2005, p. 80-81)

Pensando a partir desse conceito, muitas organizações sociais começaram suas discussões sobre a possibilidade de integrar as ações desenvolvidas pelo governo federal, através da gestão das políticas públicas e passaram a ocupar espaços sociais possíveis à disseminação da proposta. Com essa estratégia de organizar-se as instituições passaram a expor na sociedade a sua forma de poder como sociedade civil organizada. Através da participação das instituições, de forma incisiva e deliberativa, segundo Fonseca (2005), elas passam a definir

as regras do jogo e, conseqüentemente, as estratégias de construção dos territórios, tais como: a classificação por área, os limites, as regras de acesso e circulação, de comportamento social, político e econômico, que expressam um marco para tomadas de decisão e para a agilização da vida em sociedade (p. 47).

E foi a partir desse modelo de inserção, participação e poder que o governo começou a inserir em sua agenda política a discussão sobre a implantação dos Territórios como “um recorte espacial definido e delimitado por relações institucionais, que tanto podem ser compostas por regras formais quanto por regras informais” (FONSECA, 2005, p. 47).

No estado da Bahia, essa iniciativa ocorreu com o apoio de algumas organizações sociais como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Cooperativas, Movimentos e Associações Comunitárias, com o apoio de algumas instâncias governamentais, geralmente as Prefeituras Municipais e algumas Secretarias de Estado, já que naquele momento não existiam outras organizações e/ou órgãos que poderiam assumir essa interlocução. Destaca-se nesse processo o Movimento de Organização Comunitária (MOC), a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), a Secretaria Estadual de Combate à Pobreza (SECOMP), dentre outras (DIAS *et al*, 2006).

Um dos espaços privilegiados em que ocorreram as discussões sobre a possibilidade de implantação dos Territórios, na Bahia, foram as reuniões regionais para discutir a gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que agregavam pessoas de mais de 80 municípios baianos. Tais reuniões eram promovidas pelo MOC e SECOMP, das quais a pesquisadora participou e acompanhou essa discussão e mobilização, já que nesta época trabalhava numa Organização Social da região.

Foi a partir dessa e de outras mobilizações e também diante da pressão provocada pela sociedade civil, que no ano de 2003 o Governo Federal

criou a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), com a finalidade de desenvolver ações que visem à promoção do desenvolvimento de territórios rurais no Brasil, priorizando a Agricultura Familiar e outras categorias rurais tradicionalmente esquecidas (DIAS *et al.*, 2006, p. 7).

Essa ação, naquele período, resultou na implantação de cerca de 80 territórios no Brasil, no mesmo ano de criação da SDT, sendo que destes dois foram implantados na Bahia, sendo eles: Sisal e Chapada Diamantina. Tais territórios passaram a ser visualizados de forma diferenciada, na gestão das políticas públicas, dentre elas, a de Agricultura Familiar, Educação, Saúde, Assistência Social, o que causou, inicialmente, um estranhamento, principalmente, por parte dos representantes do poder público, que passaram a discutir, propor, aprovar e deliberar políticas públicas que fossem voltadas para todos os municípios integrantes do Território (DIAS *et al.*, 2006).

Os Territórios passaram a ser vistos como estratégias de desenvolvimento sustentável, pois buscavam maior integração social e educacional nos municípios e, conseqüentemente, na região, corroborando com o conceito apresentado por Heidrich (2010, p. 30), que o território é “uma relação que reúne, totaliza e abarca”.

Porém, a definição dos Territórios gerou muitos estudos ao longo dos últimos anos. São vários os teóricos que estudam, discutem, constroem, reconstroem o conceito de territórios no Brasil, a exemplo de Milton Santos, Eli da Veiga, Silvia Regina Pereira, dentre outros, e, visando promover uma maior interação entre os espaços geográficos e sociais, o Estado da Bahia, através da SEPLAN, denominou o território como,

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (BAHIA, 2011).

Os Territórios têm sido espaços importantes de articulação, integração, estudos e acima de tudo, espaços de conhecimentos que fortaleçam a melhoria coletiva, nos quais os acontecimentos, investimentos e estudos atendam a uma

demanda que possa contemplar a todos que residem no Território, destacando com isso o princípio da equidade. Porém, vale salientar que o Território é fruto do processo de territorialidade existente entre as relações sociais, culturais e históricas dos homens, conforme Saquet (2011).

Ainda, de acordo com Saquet (2011),

entende-se a territorialidade em quatro níveis correlatos: a) como relações sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitualidades; b) como apropriações do espaço geográfico, concreta e simbolicamente, implicando dominações e delimitações precisas ou não; c) como comportamentos, intencionalidades, desejos e necessidades e, por fim, d) como práticas espaço-temporais, multidimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza exterior por meio de mediadores materiais (técnicas, tecnologias, instrumentos, máquinas...) e imateriais (conhecimento saberes, ideologias...). A territorialidade é processual e relacional ao mesmo tempo (p.77 e 78).

Perante esse conceito sobre a territorialidade, percebe-se que o conceito adotado pela SEPLAN/Bahia, não diz respeito necessariamente ao território, mas sim à territorialidade, pois a mesma é dinâmica e constituída por saberes, desejos e vontades das pessoas que estão em algum lugar no espaço.

Porém, a política territorial surge após um longo período de estudos sobre a questão do desenvolvimento, já que segundo Carrière (2003, p. 23) em torno de quinze anos atrás “se falava em desenvolvimento local, atualmente é preferível falar em desenvolvimento territorial, já que esse estilo de desenvolvimento não se reduz à pequena dimensão”, isso significa dizer que o território é um espaço amplo, local de muitas ações que, diversificadas, contribuem para a melhoria das condições de vida das pessoas.

Porém, mesmo tendo essas definições, discussões e estratégias, a Política Territorial ainda não foi transformada em Política Pública e é considerada como uma política de governo que pode ou não ter continuidade, o que dependerá novamente da atuação e mobilização da sociedade civil para que isso aconteça e mais ainda, dependerá da visão do novo governante.

Apesar de viver em um mundo, onde o modelo vigente de desenvolvimento é centralizado, pode-se verificar que algumas alternativas têm sido construídas e, no entanto, vêm sendo destacadas nos estudos e pesquisas, citando como exemplo destas alternativas que vêm sendo executadas no país, a implantação dos Territórios.

Para Sabourin e Teixeira (2002, p. 125), ao tratar do enfoque territorial consideram que ele enfoca “sobretudo a valorização coletiva e negociada das potencialidades das localidades, das coletividades ou das regiões, chamadas de atributos locais ou de ativos específicos”. Diante desse e de outros conceitos sobre o território, o MDA através da SDT denominou duas características para os Territórios brasileiros: Territórios de Identidade e Territórios de Cidadania, sendo este último considerado como espaço de experimentação da integração entre as políticas públicas brasileiras. O investimento que o Governo Federal tem realizado, requer a ampliação dos recursos humanos e financeiros na busca de uma discussão e uma atuação direta na questão dos Territórios de Identidade e dos Territórios de Cidadania¹⁴.

Porém, vale ainda salientar que o Estado da Bahia foi também um dos pioneiros nessa construção do desenvolvimento territorial, no início da década de 2000, quando houve uma grande mobilização da sociedade civil em construir propostas de planos regionais de desenvolvimento, principalmente voltados para o âmbito rural, conforme aponta a SEI (2012). Após o ano de 2007 os Territórios ganharam maior destaque quando o Governo Estadual implantou um novo modelo de gestão dos municípios, que pudesse contemplar a coletividade nas ações, provocando com isso uma discussão mais ampliada sobre as políticas públicas, para tanto foram geograficamente criados 26 Territórios, sendo 19 destes, considerados Territórios de Identidade e 7 considerados com o Territórios de Cidadania (SEI, 2012).

1.2.1 O CODES como estratégia de mobilização e gestão

Garantidos pela Constituição Federal de 1988, através da participação popular, os conselhos foram criados para contribuir na gestão das políticas públicas. Como forma de descentralizá-las, o governo, juntamente, com a sociedade

¹⁴ Segundo a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial “os territórios são espaços geográficos ocupados e transformados pelo ser humano. O conceito adotado pela SDT é o de ‘territórios de identidade’, que os reconhecem pela sua construção por meio de processos históricos e de protagonismo social”. Já os ‘territórios de cidadania’, “diferem-se Por sua concepção e gerenciamento, por não se limitar a enfrentar problemas específicos com ações dirigidas. Ele combina diferentes ações para reduzir as desigualdades sociais e promover um desenvolvimento harmonioso e sustentável”.

civil, organizou a gestão dessas políticas através da participação popular, na maioria das vezes representadas pelas organizações sociais.

É sabido que a sede por uma democracia, voltada para o exercício da cidadania, fez com que muitas pessoas e organizações sociais fossem às ruas “gritar” pela garantia de seus direitos, em meados da década de 1980, quando o país estava finalizando o período de ditadura militar. Porém, não bastou apenas a presença das pessoas nas ruas, foi necessário ir além para que o direito de participação fosse de fato garantido, foi necessário transformar em lei. Lei essa que desembocou na nova Constituição Federal, no final de 1988.

É justamente na CF/88, que a participação popular encontra-se presente em mais de cinco artigos, principalmente no que dizem respeito à Seguridade Social (art. 194), ao atendimento à criança e ao adolescente (art. 227), dentre outros (BRASIL, 2007).

Devido a esse processo de mobilização da sociedade civil, que de forma dinâmica e ativa começou a participar de espaços estratégicos de discussão das políticas públicas, que a democracia foi acontecendo no país. Segundo Almeida (2010, p.134), “a democracia é, além de um processo político, um processo social no qual a participação dos cidadãos passa a ser o parâmetro para definir o grau de realização da prática democrática”. O que significa dizer que a democracia somente acontece de fato, quando as pessoas participam dos seus processos.

Percebe-se com isso, que a participação é um passo importante para o exercício democrático, porque é a partir dela que se consegue mudanças nas ações públicas, e, conhecê-las com mais propriedade para que se possa contribuir na sua gestão. Para participar é necessário conhecer, e necessário querer, é necessário que haja o sentimento de “fazer parte”. E para que isso aconteça exige-se uma mudança de comportamentos seja individual, seja coletiva, pensando numa forma de contribuir com a mudança social.

São, justamente, os comportamentos e procedimentos utilizados pela população que fazem com que a participação se transforme em uma mobilização social, provocando uma atuação direta da sociedade junto ao Estado, principalmente no que diz respeito à gestão das políticas públicas.

Tal atuação da sociedade, para com o Estado, configura-se em uma espécie de controle do exercício do Estado, conforme destaca Teixeira (2002),

o controle social do Estado é um mecanismo de participação dos cidadãos que, para ser efetivo, deve ter como alvo não apenas os seus centros periféricos, mas sobretudo aqueles que se destinam às decisões estratégicas e ao próprio sistema econômico (p.41).

Vale lembrar que nesse processo do controle social, o Brasil tem uma experiência interessante nesse contexto, que são os conselhos, considerados como órgãos públicos de gestão, deliberação e fiscalização, composto por representantes do poder público e da sociedade civil.

É através da participação nos conselhos, que a população pode se sentir representada na gestão democrática-participativa, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988. Pois nestes espaços são definidas as estratégias para uma gestão coletiva das políticas públicas, visando o desenvolvimento e a qualidade das ações executadas.

Adentrando nesta esfera dos conselhos, destacam-se nesse trabalho, os Conselhos de Desenvolvimento Sustentáveis, criados a partir da experiência dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), que foram implantados no final da década de 1990, com o apoio de uma rede de entidades não governamentais, nacional e com o Governo Federal, como forma de contribuir com o entendimento das pessoas sobre a política agrária (CONTAG, 1998).

Após as discussões sobre a implantação dos Territórios no Brasil no ano de 2003, o modelo do CMDRS foi copiado para a criação dos Conselhos de Desenvolvimento Sustentável (CODES), que inicialmente tinham um papel de atuar na gestão social dos Territórios, buscando com isso, proporcionar aos atores sociais uma aprendizagem sobre a nova forma de gestão das políticas públicas (DIAS, 2006).

Quando se trata do desenvolvimento sustentável, alguns teóricos apresentam conceitos diferenciados sobre a forma como o termo vem sendo utilizado, principalmente nos âmbito dos territórios. Para Hobsbawn (1994) citado por Cabello (2004, p. 748), o desenvolvimento sustentável “é aquele que deve atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro”. O que leva a compreender que não se pode pensar na sustentabilidade apenas no momento presente, mas sim, numa perspectiva de contribuição para um futuro próximo.

Ainda sobre o desenvolvimento sustentável, vale destacar que Theys (2003, p. 180), informa como um “termo ambíguo”, o que leva a várias interrogações sobre o tema. O autor ainda aponta, que por conta dessa incerteza e/ou indefinição do conceito entre desenvolvimento sustentável e territórios, é que se coloca ainda como desafio para as políticas públicas.

E assim como o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento territorial estão colocados como interdependentes, conforme indica Theys (2003), percebe-se que faz-se necessário uma urgência também na manutenção da mobilização e participação da sociedade nas políticas de desenvolvimento territorial sustentável.

Salienta-se nesse processo que a mobilização social, configurada como “pressão da sociedade” para atingir determinado objetivo (CONTAG, 1998), tem uma função essencial na gestão das políticas públicas.

Perante essa definição, percebe-se claramente que o Território é um espaço dinâmico, onde as pessoas devem se colocar como protagonistas do seu processo de desenvolvimento sustentável, atuando de forma direta nas ações executadas. Com isso percebe-se também que o desenvolvimento deve ser construído em prol de um objetivo coletivo e não individualizado.

Talvez seja esse o maior desafio dos atores sociais desses territórios – compreender a dimensão espacial que até então era mínima e verificar uma amplitude maior nas ações e definições, o que gera também um espírito de solidariedade, uma vez que as pessoas deveriam se perceber como potenciais de um determinado espaço social, buscando assim, um sentimento de pertencimento do espaço habitado.

Essas situações elencadas contribuem para o reforço e para maior atuação dos CODES, já que nestes espaços são discutidas, definidas, deliberadas e acompanhadas as políticas públicas, sejam de âmbito rural ou de âmbito urbano. É no CODES que as pessoas precisam atuar, para se sentirem inseridas no processo da democracia participativa, visto que em sua maioria, as mesmas desconhecem essa importância. É também no CODES que a gestão social deve acontecer, conforme apontam Cohen e Franco (2007) quando afirmam que,

a gestão dá conta do fazer e da dinâmica organizacional; inclui a cultura e o clima organizacionais, as políticas de recursos humanos, a liderança, os estilos de direção e de tomada de decisões, a resolução de conflitos e a participação do pessoal. Relaciona-se também, com o funcionamento da organização, o desenho do trabalho, as comunicações e o controle (p. 103).

E nesse viés da participação, atuação e execução de ações que os CODES devem continuar a exercer o controle social no âmbito dos territórios, contribuindo com uma gestão social fortalecida através de parcerias “locais” que possam dar conta das necessidades de ampliação das discussões das políticas públicas e, possam também contribuir na disseminação das ações desenvolvidas não somente no âmbito rural, como também as ações no âmbito urbano.

O CODES Portal do Sertão foi criado no dia 28 de Julho de 2005, com a participação de representações do poder público e de entidades da sociedade civil dos dezessete municípios que compõem o Território (Documentos internos do CODES, 2005).

O seu papel fundamental é contribuir na gestão do Território Portal do Sertão, buscando com isso melhorias de qualidade de vida através da execução das políticas públicas, para as pessoas que vivem neste espaço.

1.3 A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A Carta Magna brasileira, através do art. 205, apregoa que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade” (BRASIL, 2007, p.57), o que significa dizer, que como direito, a Educação deve ser acessível, transparente e ofertada a todos os cidadãos de forma igualitária. De acordo com MUTIM (1992, p.118) “deve-se analisar a educação como vetor de desenvolvimento, visto que a sociedade contemporânea se estrutura em função da educação, do conhecimento e das tecnologias”.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no seu artigo 1º, instituída pela Lei nº 9.394/96,

a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 2001, p. 9).

O que vale dizer que a educação não é algo estável e também voltada apenas para o âmbito escolar. Pode-se atuar na educação de diferentes formas, em variados espaços, proporcionando diversos aprendizados. O sentido da educação é

amplo, o que leva a entender que a mesma pode acontecer em espaços e tempos diferenciados (CARNEIRO, 2011).

Porém, mesmo com essa amplitude e dinamismo cabível à educação, nesse trabalho a mesma terá seu foco na educação escolar de âmbito superior que tem por finalidade conforme o artigo 43, da Lei nº 9.394/96,

- I. estimular a criação cultural e do desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 2001, p. 29;30).

Percebe-se que tais finalidades geram possibilidades e desafios para se construir de fato o ensino superior no Brasil, visto que o mesmo tem enfrentado inúmeras dificuldades para a sua realização. Destaca-se entre estas, o próprio entendimento do termo educação, conforme aponta CARNEIRO (2011, p. 345), que “o termo educação tem uma recorrência reflexiva e uma intercorrência valorativa”, o que cabe dizer que a educação é um direito ainda a ser refletido pela população como um todo para ser compreendida como tal.

Sobre a valoração da educação, o mesmo autor ainda informa que “as dimensões valorativas têm a ver com a defesa, manutenção de vida e, ainda, com os meios para se distinguirem, cada vez mais, padrões sempre mais elevados de dignidade humana” (CARNEIRO, 2011, p. 345).

Por ser dinâmica, a educação vem ampliando a sua atuação nas últimas décadas no Brasil, o que contribui para seu melhor entendimento, principalmente pelas classes mais subalternas e vulneráveis.

Ao enfatizar a educação superior como “parceira” para a construção de um desenvolvimento social, vale a pena compreendê-la como uma estratégia de melhoria de vida das pessoas que, através da formação educacional, buscam interagir com outros profissionais contribuindo com a construção de uma sociedade em que todos possam ter acesso às políticas públicas e, conseqüentemente, aos seus direitos básicos.

A educação superior está dividida entre a graduação e a pós-graduação, níveis de ensino e formação que garantem aos cidadãos maior apreensão da realidade com caráter técnico para a sua atuação.

Vale salientar que a LDB ainda preconiza no seu artigo 45 que “a educação superior será ministrada em instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização” (BRASIL, 2001, p. 30), diante disso, destaca-se a inserção da FAN, como instituição de ensino superior de âmbito privado, que atende as exigências do Ministério da Educação e Cultura para ofertar os seus serviços de ensino em graduação e pós-graduação.

Por ter seu sentido ampliado, a educação se torna necessária na formação de grupos e movimentos, e neste sentido, a educação superior contribui de forma enfática nestas organizações, considerando o saber técnico do profissional com a experiência dos movimentos sociais, conforme destaca Gonh (2009).

CAPÍTULO 2

2 A TRAJETÓRIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O caminho trilhado pelo Serviço Social no Brasil, remonta ao início do século XX, período em que a Igreja Católica ocupou grande espaço nas discussões políticas voltadas ao Capital, devido ao sistema vigente que, estava de certa forma, retirando as pessoas do âmbito religioso.

Diante dessa situação, um “trabalho social” começou a ser realizado pela Igreja visando contribuir com as desigualdades sociais, causadas pelo advento da Revolução Industrial e, conseqüentemente, pela implantação do sistema capitalista em todo o mundo.

Sabe-se que esse sistema causou grandes mudanças (econômicas, pessoais, familiares, sociais) em todas as formas de relações existentes. Para tanto, a partir desse processo de resignificação das relações sociais, o Serviço Social surgiu como uma estratégia da Igreja Católica em contribuir com sua missão de evangelização e agregar mais fiéis para a congregação.

Porém, com o passar dos anos, o Serviço Social rompeu com algumas práticas existentes desde sua origem e, passa a encarar a questão social como um conjunto de situações desiguais em que vivem a maioria das pessoas nesse país.

E dessa forma, na contemporaneidade, o Serviço Social vem buscando um espaço nas ciências sociais, contribuindo com o desenvolvimento social de forma equânime para as pessoas que dele necessitam e, para tanto, tem um papel essencial no desenvolvimento das Políticas Públicas brasileiras, destacando-se nesse sentido, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Conforme veremos nas seções a seguir, o Serviço Social tem trilhado caminhos tortuosos, porém, vem quebrando arestas deixadas pelo sistema capitalista, bem como reivindicando espaços na agenda política brasileira de forma qualificada e técnica.

2.1 ORIGEM E RUPTURAS

O processo de produção após a implantação do sistema capitalista provoca diversas mudanças sociais em todo o mundo no final do século XVIII, e no Brasil não

foi diferente. Por ser “a produção uma atividade social”, é através dela que os homens buscam se inserir e até mesmo fortalecer suas relações sociais (IAMAMOTO, 2011, p.35). E, é através dessas relações sociais que o ser humano ocupa seu espaço na sociedade como forma de pertencimento a uma classe social, seja ela proletária ou burguesa (MARX, 2003).

Porém, vale salientar que o capitalismo se fortaleceu como sistema econômico vigente, devido aos donos dos meios de produção, exercerem o poder de domínio sobre todas as relações: sociais e/ou econômicas.

O capitalismo tem uma enorme contribuição na criação do Serviço Social, visto que, foi através do mesmo que as pessoas passaram a se desconhecer como seres da mesma espécie, uma vez que começaram vislumbrar a riqueza como algo individual e, a partir desse processo, as relações passaram a vivenciar crises, das mais variadas possíveis.

Por conta dessa soberania que o capitalismo conseguiu, as pessoas declararam seu desejo de se sobressair perante aos demais colegas, se desrespeitando, abusando e desconhecendo seus semelhantes, causando com isso sérios conflitos nos mais variados ambientes que freqüentam, enfatizando neste caso, o ambiente de trabalho. Para corroborar com essa situação lamamoto (2011, p. 36), aponta que, “a produção social não trata de produção de objetos materiais, mas de relação social entre pessoas, entre classes sociais que personificam determinadas categorias econômicas”.

E diante disso, as desigualdades sociais passaram a surgir com mais força na sociedade, obrigando, de certa forma, as pessoas a se enxergarem como “inimigas” umas das outras pelo simples afã de produzirem, se posicionarem socialmente, buscar poder em todos os espaços e, com isso, se destacarem no mercado de trabalho.

Com tantas desavenças e desigualdades sociais, as pessoas passaram a não freqüentar outros espaços que não fosse o do trabalho, exemplo disso, é a dinâmica religiosa, que por algum tempo a Igreja Católica passou a observar a ausência dos fiéis nos templos e com isso, a instituição passou a se sentir ameaçada pelo sistema capitalista. Para tentar amenizar esta situação, a Igreja passou a atuar diretamente através de campanhas de “recristinização da sociedade”, evitando com isso o individualismo causado pelo sistema capitalista, conforme destaca Aguiar (2011) que,

é preciso erradicar o individualismo gerado pelo tipo de economia liberal e impedir o crescimento do comunismo, que foi condenado solenemente por Pio XI na Encíclica *Divini Redemptoris*, de 1937. E reconstruir a sociedade. Essa reconstrução implica mudança da moral, dos costumes. É necessário recristinizar a sociedade (p. 29).

Percebe-se com isso que a Igreja Católica agiu de forma direta nas questões do capitalismo, considerando-o como um “mal” social que oprime e escraviza as pessoas trabalhadoras, já que a mesma é o próprio exemplo da execução do capitalismo no mundo. Para tanto, como forma superficial de não mostrar como capitalista começou a realizar movimentos envolvendo leigos de vários países, na busca do retorno dos fiéis à Igreja e da redução do liberalismo, grande causador da decadência da moral e dos bons costumes (AGUIAR, 2011).

No Brasil, não foi diferente, a Igreja Católica começa a incorporar as práticas direcionadas pelos Papas Leão XIII, Pio X e Pio XI, que eram contrários ao novo sistema de produção, por causar certo desnível social e também incentivar o individualismo, porém percebe-se também que, a Igreja se preocupava com o vazio causado pelo capitalismo nos seus templos e passa a denominar o sistema como um sistema escravizador. Diante disso, os Bispos do Brasil aprovaram a ideia do laicato e passaram a incorporar a “Confederação Católica”, inicialmente em São Paulo e logo em seguida em Olinda e no Rio de Janeiro, tendo à frente desse processo o cardeal-arcebispo D. Leme (AGUIAR, 2011).

Esse processo de mobilização da Igreja Católica no início do século XX, no Brasil, desencadeou uma organização social envolvendo vários segmentos etários na busca por uma Ação Católica Brasileira (ACB), considerada por D. Leme, como uma forma de cristianização das pessoas.

Esse processo de sensibilização das pessoas à participarem das ações religiosas como forma de retornarem às questões morais é iniciado pela elite brasileira, através da intimidação da classe baixa, visando com isso uma desigualdade social e também o fortalecimento de privilégios sociais, compreendendo que, se a elite estivesse preparada para reforma social, logo, o povo a seguiria, já que as normas vêm de cima para baixo (AGUIAR, 2011). Essa situação faz lembrar o período em que o Brasil viveu fortemente a questão do coronelismo, em que “mandava quem podia e obedecia quem tinha juízo”¹⁵.

¹⁵ Grifo da autora

Foi, justamente, nesse período histórico que o Serviço Social surgiu no país como estratégia para reduzir as desigualdades sociais causadas pelo capitalismo e sua forma de produção social. Mais exatamente a partir de 1930, o Brasil passa por um processo de mudanças sociais, com o avanço dos direitos sociais e regresso dos direitos políticos e civis (CARVALHO, 2008).

Nesse momento, o país passou por uma reformulação política e econômica, causando insatisfações para a maioria das pessoas, já que as exportações aumentaram, com o advento das máquinas nas indústrias, e com isso a população operária poderia ser reduzida a cada dia, transformando-se em minoria.

Com a chegada das máquinas nas indústrias e a produção sendo ampliada a cada momento, o trabalhador passa a ser mais exigido pelos seus patrões e com isso as relações sociais vão se desfazendo, pois nesse período as mulheres e as crianças passaram a fazer parte da classe trabalhadora do país, com a perspectiva de contribuir para a subsistência familiar.

Nesse contexto social que, de um lado se tem a Igreja como mediadora de uma situação que tenta reagregar seus fiéis aos templos, por outro, o Estado com uma perspectiva de crescimento econômico, é que surge o Serviço Social, como estratégia de atender aos desejos da ACB e, também, com a perspectiva de contribuir com o Estado, já que o seu papel de provedor de políticas sociais havia sido deixado de lado por conta do crescimento econômico.

A partir de obras sociais realizadas pela Igreja e pelas primeiras damas, na perspectiva de suprir as necessidades das pessoas e de garantia de direitos e acesso à cidadania, estas obras sociais traziam o elemento humano e a base organizacional como destaques para o trabalho social.

No ano de 1932, surge em São Paulo o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) como forma de incentivar a inserção do Serviço Social no Brasil e tinha como objetivo, segundo Iamamoto (2011, p. 179) “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação na formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais”. Vale lembrar que em sua maioria, os membros do CEAS eram formados por mulheres que haviam sido capacitadas em estabelecimentos religiosos, membros de famílias influentes da época.

Percebe-se que o CEAS foi o primeiro Centro a implantar a Escola de Serviço Social no Brasil, em 15 de fevereiro de 1936, tendo como público prioritário jovens

mulheres treinadas para o trabalho social, voltado para a erradicação da questão social, vista pela Igreja Católica como a “luta pela desigualdade social” (AGUIAR, 2011).

A partir deste contexto, surgem outras Escolas de Serviço Social pelo Brasil, a exemplo do Rio de Janeiro em 1937, e logo depois em Natal, Porto Alegre e assim sucessivamente, todas com caráter religioso com a influência direta da Igreja Católica, a qual passou a desenvolver Semanas Sociais em vários estados do país, com o propósito de difundir a ideia da formação social para exercer a vocação social (AGUIAR, 2011).

Com a visibilidade da Escola de Serviço Social de São Paulo, através de suas atividades desenvolvidas pelas mulheres, sempre buscando proteger os desamparados, o Estado passa a priorizar algumas ações nesta área, após o CEAS apresentar um memorial sobre seu desempenho. Assim, no ano de 1939, o Estado de São Paulo contrata o CEAS para a organização de três Centros Familiares em bairros populares, através do Departamento de Serviço Social do Estado (IAMAMOTO, 2011).

Com a disseminação das Escolas de Serviço Social pelo país, a demanda pelos profissionais diplomados da área foi aumentando e com isso o Assistente Social foi ocupando espaços públicos e privados e construindo, também, sua identidade profissional, baseada na realidade encontrada e vivenciada.

Segundo Iamamoto (2011), naquela época,

as atividades desenvolvidas pelos Assistentes Sociais eram bastante restritas, em função tanto do raio limitado de atuação dos órgãos públicos de Serviço Social, como da incapacidade das instituições particulares de assistência em se constituírem em base que se tornasse viável a política de encaminhamentos, elemento essencial do Serviço Social de casos individuais naquele momento (p. 200).

Percebe-se que a limitação da atuação profissional era muito grande, pois o/a Assistente Social tinha que trabalhar baseado/a na fundamentação católica que objetivava fortalecer a ideologia da Igreja Católica. Aguiar (2011, p. 46), afirma ainda que “servem também de sustentação ideológica para os assistentes sociais, as diretrizes e atividades da União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS)”. Essa organização criada e mantida pela Igreja Católica fortaleceu por décadas a ideologia dentro das Escolas de Serviço Social.

Nesse contexto, a UCISS (1949) citada por Aguiar (2011) define o conceito de Serviço Social como

uma forma de ação social (no sentido moderno e técnico da palavra) que, por métodos técnicos e apropriados, baseados em dados científicos, quer contribuir para a instauração ou manutenção da ordem social cristã favorecendo a criação ou o bom funcionamento dos quadros sociais necessários ou úteis ao homem (p. 47).

E a partir desse conceito percebe-se que a maior preocupação da Igreja Católica foi com a manutenção da ordem social cristã, para fazer parte do corpo docente dos Cursos de Serviço Social, as pessoas teriam que assumir a doutrina social cristã e não havia outra forma de reflexão sobre o fazer profissional do assistente social, mas sim discutir e refletir apenas o que a Igreja praticava (AGUIAR, 2011). Devido a essa situação, o Serviço Social, ficou por muito tempo, à mercê da ideologia da Igreja, deixando de perceber outras situações e demanda presentes na sociedade.

Nesse contexto marcado por uma “autonomia” da Igreja Católica sobre o Serviço Social, lamamoto (2011) adverte que,

o Serviço Social tem por objeto remediar as deficiências dos indivíduos e das coletividades; quando se dirige ao ajustamento de um determinado quadro, ele o faz para sanar deficiências acidentais, decorrentes de certas circunstâncias, e não de um defeito estrutural. O objeto será o mesmo materialmente, mas diferindo formalmente (p. 214).

Com essa outra definição do Serviço Social, há a percepção de que os problemas acontecem por uma questão acidental e não estrutural o que se faz pensar, que a questão social existe devido as carências de investimentos públicos, mas sim devido a uma situação inesperada que pode surgir a qualquer momento.

Nessa perspectiva, mais uma vez o Estado fica de fora desse processo social e, a Igreja ainda assume o papel de matriarca desta situação, exercendo uma benevolência que leva à dependência do indivíduo e não a sua emancipação. E é através dessa visão, que o Serviço Social, por muito tempo, carregou o estigma do assistencialismo, da alienação e do antagonismo, conforme aponta Martinelli (2006) que,

a origem do Serviço Social como profissão, tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo -, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido (p.66).

De acordo com essa afirmação, é que se pode analisar o Serviço Social no Brasil, tendo como base teórica e também ideológica a Igreja Católica, que no processo de expansão do sistema capitalista ocupa o lugar de “protetora” dos mais pobres e necessitados, porém com uma base elitista voltada para os seus próprios interesses, que na verdade era o de retomar o seu poder perante a sociedade e o Estado.

Porém, conforme afirma Martinelli (2006, p .67), “o Serviço Social foi fetichizado misticamente como uma prática a serviço da classe trabalhadora, mas na verdade era um instrumento da classe burguesa”. Portanto, pode-se perceber que o Serviço Social carrega consigo um legado social marcado por grandes transformações nos campos da ideologia, filosofia, economia e organização social, pois de um lado, teve a Igreja Católica como sua precursora e por outro, o Estado como um detentor do mercado de trabalho para esse profissional, ora formado pelo curso.

No entanto, essa história começa a mudar quando o Serviço Social deixa de exercer o caráter neotomista¹⁶ implantado pela Igreja Católica e passa a atuar numa perspectiva desenvolvimentista baseada na estratégia de desenvolvimento de comunidade através do Serviço Social de Comunidade (AGUIAR, 2011).

Após a expansão de atuação dos assistentes sociais nos espaços públicos e principalmente, nas comunidades, a classe profissional começa a se questionar sobre o exercício de sua função e na metade do Século XX, se reuniram para discutir a atuação profissional. Neste momento, vale destacar que o Documento de Araxá¹⁷ tem bastante significado no processo de mudança filosófica do Serviço Social brasileiro.

Depois desse período, as rupturas com o modelo neotomista passam a ocorrer com mais frequência e os assistentes sociais passam a assumir diferentes posturas, conforme descreve Aguiar (2011),

¹⁶ Filosofia implantada por São Tomás, Doutor Angélico, que implantou no assistentes sociais da época e que tinha por base as relações entre Deus e o mundo, fé e ciência, teologia e filosofia, conhecimento e realidade.

¹⁷ Relatório final do Congresso de Serviço Social que aconteceu no ano 1967 e tinha como objetivo discutir a teorização da profissão.

a primeira postura que sempre esteve presente, é a que tem uma visão crítica da realidade, que vê a comunidade como uma unidade consensual, onde não há lugar para as contradições. Esta posição está alinhada com o grupo dominante da sociedade [...] A segunda postura é marcada por uma visão mais ampla das questões do desenvolvimento por mudanças estruturais da sociedade. Mas as mudanças são no sentido de melhorar o próprio sistema capitalista [...]. A terceira postura é assumida por alguns profissionais que se comprometeram com as classes subalternas e se colocaram a seu serviço. Percebem os antagonismos dentro da sociedade e assumem a luta de transformações das estruturas [...].E, hoje, com o processo de mobilização popular, os assistentes sociais têm condições de novamente rever suas posições (p. 94).

Diante dessa análise sobre o Serviço Social no Brasil e, conseqüentemente, sobre o papel do assistente social como profissional, percebe-se que houve uma mudança substancial desde o início da profissão até os dias atuais. Para melhor compreender essa mudança na contemporaneidade, a próxima sub-seção tratará dessa questão.

2.2 O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Conforme já mencionada, a origem do Serviço Social perpassa por um processo de indignação por parte da Igreja Católica que reagiu quando começou a “perder” seus fiéis para o mundo do trabalho, na implantação do sistema capitalista.

A origem do Serviço Social no Brasil não foi diferente de outros países, inclusive, o país foi um dos seguidores de várias ações desenvolvidas pelo Serviço Social em outros países, principalmente no que se refere à parte filosófica, advinda dos Estados Unidos.

Frente a tantas mudanças de cunho econômico, ideológico, filosófico, dentre outras, vivenciadas pelos profissionais do Serviço Social, nessa sua trajetória, no Brasil, é que objetivam discorrer sobre como tem se comportado o Serviço Social no país desde a época da ruptura filosófica em meados do Século XX.

Ainda na década de 1960, pode-se perceber que o Serviço Social brasileiro assume uma nova postura após a realização do II Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBSS), que visava discutir sobre a participação do Brasil na XI Conferência Internacional de Serviço Social que iria acontecer no país em 1962. Porém,

a preocupação central do que poderia ser caracterizado como projeto desenvolvimentista janista estaria na formação de uma nação forte, com um povo forte e uma economia globalmente forte. Desse eixo central decorre uma atenção especial ao social; a meta prioritária é o homem e não crescimento econômico em si mesmo (CARDOSO *apud* IAMAMOTO, 2011, p.365).

E, partindo dessa lógica, o Serviço Social buscou junto ao Presidente da República da época, um “*crédito de confiança*” de uma mudança na visão da profissão, principalmente por parte da sociedade (IAMAMOTO, 2011). Porém, vale salientar que foi essa lógica governista que tentou cooptar os profissionais para que houvesse maior apoio ao governante da época, o que não caracterizou uma mudança positiva no sentido de independência profissional, ainda.

Já no final da década de 1970, foi realizado outro Seminário de Teorização do Serviço Social, em Teresópolis, Rio de Janeiro, com a perspectiva de rever o método de trabalho do assistente social, e discutir sobre sua atuação nos diversos espaços sociais (IAMAMOTO, 2011).

Após a realização de vários outros eventos da categoria, o Serviço Social contemporâneo, aquele voltado a compreender e atuar com as expressões da questão social, se apresenta como desafio no contexto social e político do país, conforme orienta lamamoto (2012, p. 18): “os Assistentes Sociais são desafiados” a atuarem devido aos “tempos de crise, em que cresce o desemprego, o subemprego, a luta por meios para sobreviver no campo e na cidade”.

Percebe-se que esses desafios superam aqueles apontados no início da profissão, principalmente, pelo viés da questão social, voltada para o entendimento das expressões existentes na sociedade que precarizam a situação empregatícia, bem como violam os direitos do ser humano.

Além dos desafios apresentados, os assistentes sociais precisam enxergar o Serviço Social contemporâneo como uma estratégia de ruptura de sua história, enfatizando o seu início e encarar os fatos sociais como fenômenos importantes para o aperfeiçoamento profissional, baseados no que aponta o Código de Ética Profissional (CEP), bem como a legislação vigente da área.

Para tanto, lamamoto (2012) ainda orienta que,

um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não executivo (p. 20).

O que significa dizer que o Assistente Social precisa se colocar como ator social que pode contribuir com a mudança da sociedade, a partir da sua atuação nas expressões da questão social, buscando de forma participativa contribuir com as políticas públicas da saúde, da educação, da habitação, da assistência social, dentre outras que atendem a sociedade e ainda trazendo como exemplo, a política de desenvolvimento territorial implantada no país há mais de uma década e que traz como objetivo a articulação entre as demais políticas públicas.

2.3 A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE ASSISTENTE SOCIAL

Apesar de o Serviço Social surgir no Brasil no início do Século XX, somente no final do século XXI, a profissão foi regulamentada oficialmente através da Lei nº 8.662, de 7 de Junho de 1993 (BRASIL, 2011).

A referida Lei em seu artigo 2º apregoa que

somente poderão exercer a profissão de Assistente Social: I – Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente; II – os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil; III – os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953. Parágrafo único. O exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta lei (BRASIL, 2011, p. 13).

É através desta base legal que a profissão de Assistente Social vem se respaldando e ocupando espaços diversos de atuação, pois a mesma tem uma característica específica: contribuir para o fortalecimento da garantia dos direitos básicos das pessoas, através da execução das políticas públicas e sua articulação.

Além da lei de regulamentação da profissão, vale salientar que o profissional do Serviço Social deve obedecer às normas previstas em seu Código de Ética Profissional que elencam como princípios básicos e fundamentais, os seguintes:

- I – Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II – Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III – Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis e políticos das classes trabalhadoras;
- IV – Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V – Posicionamento em favor da equidade e justiça social que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (BRASIL, 2011, p. 23).

Tais princípios corroboram todo um processo de luta e desmistificação do Serviço Social do início do século XX, quando o mesmo foi implantado no país, considerando que as mudanças estruturais da sociedade também contribuíram para isso. Os princípios do Código de Ética vêm contribuir com o fortalecimento de uma sociedade igualitária e voltada para o atendimento das necessidades sociais, visando com isso o fortalecimento da cidadania de cada brasileiro.

A profissão de Assistente Social tem também um caráter cooperativista, já que o profissional deve trabalhar de forma articulada com outros atores sociais, o que colabora com a ideia de desenvolvimento territorial pautada pelo Governo Federal.

Diante dessa informação, percebe-se que o Curso de Serviço Social da FAN através de seus profissionais, tem muito que contribuir com o desenvolvimento social do Território Portal do Sertão já que ambos lutam por um desenvolvimento solidário, de qualidade e de fortalecimento de suas potencialidades, sejam elas territoriais e/ou individuais.

2.4 O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA FAN

Autorizada pelo MEC no ano de 2001, no município de Feira de Santana, mediante Portaria de nº 965, a Faculdade Nobre, pertencente ao Grupo Nobre de Ensino¹⁸, iniciou suas atividades através do Curso de Serviço Social em Janeiro de 2002, e com o passar dos anos foi ampliando a sua oferta de cursos de graduação e também de pós-graduação na modalidade *latu sensu* (PDI, 2010, p. 8).

¹⁸ Grupo criado por quatro estudantes universitários para atender à demanda da educação, desde 1978.

O motivo da criação da FAN foi justamente a carência de cursos superiores no município de Feira de Santana/BA, o que fez também com que a Faculdade ampliasse cada vez mais o número de cursos e, conseqüentemente, o número de vagas. Na FAN, além do Curso de Serviço Social, já existem os cursos de: Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Direito, Fisioterapia, Nutrição e Psicologia, na área de graduação, que proporciona o acesso a mais de 5 mil alunos que em grande parte se deslocam de municípios circunvizinhos à Feira de Santana, destacando, neste sentido, os municípios que compõem o Território de Identidade Portal do Sertão.

FIGURA 2: Faculdade Nobre de Feira de Santana



Fonte: SIFAN, 2013.

A FAN possui uma estrutura física com mais de 15 mil m² construídos com amplas salas de aula, biblioteca, laboratórios, área de convivência, clínica-escola, núcleo de pesquisa e extensão, sala de professores, dentre outros espaços. No que diz respeito à equipe de trabalho, a IES citada dispõe de um rol de profissionais qualificados à docência ou à administração, o que proporciona mais segurança e qualidade de ensino.

A Faculdade Nobre tem como missão a “formação do ser humano em conformidade com os valores éticos, que priorizam o direito à vida, e com o processo de construção da cidadania, enquanto patrimônio da sociedade” (SIFAN, 2013). Tal missão reflete o seu compromisso social,

na revelação e preocupação com a formação do ser, com valores éticos e com a cidadania; na ênfase dada as práticas na sua política de ensino; nas temáticas de suas pesquisas e na política de extensão que propõe e que se desdobram nos Projetos Pedagógicos de seus Cursos (PDI, 2010, p.10).

No que se refere ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Serviço Social, vale salientar que o mesmo é pautado nas Diretrizes Curriculares Nacionais que explicitam:

a) o perfil dos formandos; b) as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas; c) a organização do curso; d) os conteúdos curriculares; e) o formato do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Cursos; f) as atividades complementares previstas (BRASIL, 2002, p. 01).

Tais diretrizes buscam direcionar o curso de Serviço Social no país, porém abre precedentes para que cada instituição de ensino possa adequá-lo à sua realidade, conforme reza a LDB no seu artigo 53, inciso II.

O Curso de Serviço Social da FAN ocupou o 4º lugar no Estado da Bahia, no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) no ano de 2011, tendo como conceito, a nota 4,0, o que faz com que seja um dos cursos mais concorridos no vestibular da Instituição (SIFAN, 2012), devido sua qualidade divulgada pelos próprios alunos e também por meios de comunicação diferenciados.

Na FAN, já foram formados e diplomados mais de 450 Assistentes Sociais, através da conclusão de 12 turmas de profissionais nesta área, preparando ao mercado de trabalho e à sociedade, profissionais capacitados para exercerem suas funções, conforme apregoa o Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão, nº 8.662/93. Tais profissionais encontram-se, exercendo suas funções, em diversos municípios baianos como, Riachão do Jacuípe, Anguera, Antonio Cardoso, Boa Vista do Tupim, Brotas de Macaúbas, Feira de Santana e outros municípios inseridos no TIPS.

Além dos profissionais formados, o Curso de Serviço Social é um dos mais procurados na Instituição, prova disso é o número de alunos matriculados a cada semestre quando se realiza o vestibular. Estão matriculados e frequentando no primeiro semestre do ano de 2013, quatrocentos e quarenta e dois alunos divididos em onze turmas. Conforme o quadro 02 percebe-se a quantidade de alunos advindos dos municípios do Território Portal do Sertão e também de outros Territórios baianos.

QUADRO 1: Alunos matriculados no Curso de Serviço Social 2013.1

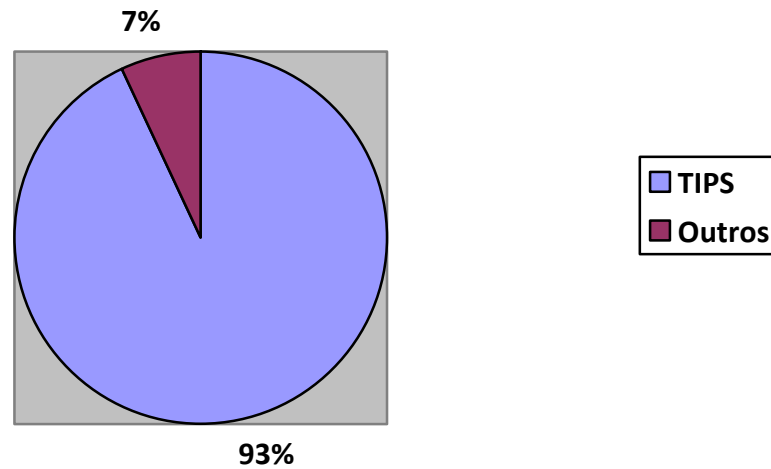
MUNICÍPIOS¹⁹	ALUNOS MATRICULADOS NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL 2013.1
Água Fria	00
Araci	02
Amargosa	03
Anguera	00
Amélia Rodrigues	08
Antonio Cardoso	01
Conceição do Jacuípe	06
Conceição do Coité	03
Conceição da Feira	02
Coração de Maria	03
Cruz das Almas	01
Feira de Santana	364
Governador Mangabeira	02
Ipecaetá	02
Ichú	01
Irará	03
Ipirá	01
Muritiba	01
Pé de Serra	01
Riachão do Jacuípe	08
São Gonçalo dos Campos	06
Serra Preta	02
Santo Estevão	10
Santanópolis	01
Serrinha	08
Santa Bárbara	02
Tanquinho	01
Teodoro Sampaio	00
Terra Nova	00
TOTAL	442

Fonte: SISFAN, 2013.

Percebe-se que apenas quatro municípios do Território Portal do Sertão não tem estudantes do Curso de Serviço Social, porém, em termos percentuais, observa-se que 93% dos alunos são pertencentes a municípios do Território, contrapondo os 7% dos estudantes advindos de municípios de outros Territórios baianos, conforme aponta o Gráfico 1:

¹⁹ Os municípios que estão em negrito fazem parte de outros Territórios baianos.

GRÁFICO 1 - ALUNOS MATRICULADOS NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL 2013.1



Fonte: SISFAN 2013.

No Gráfico 1 percebemos que a Faculdade Nobre atende diretamente a um público estudantil que reside no Território Portal do Sertão, mas, vale ssalientar que nem todos esses estudantes residem em Feira de Santana e cerca de 10% deles residem em municípios do Território, conforme apresentado no Gráfico 2:

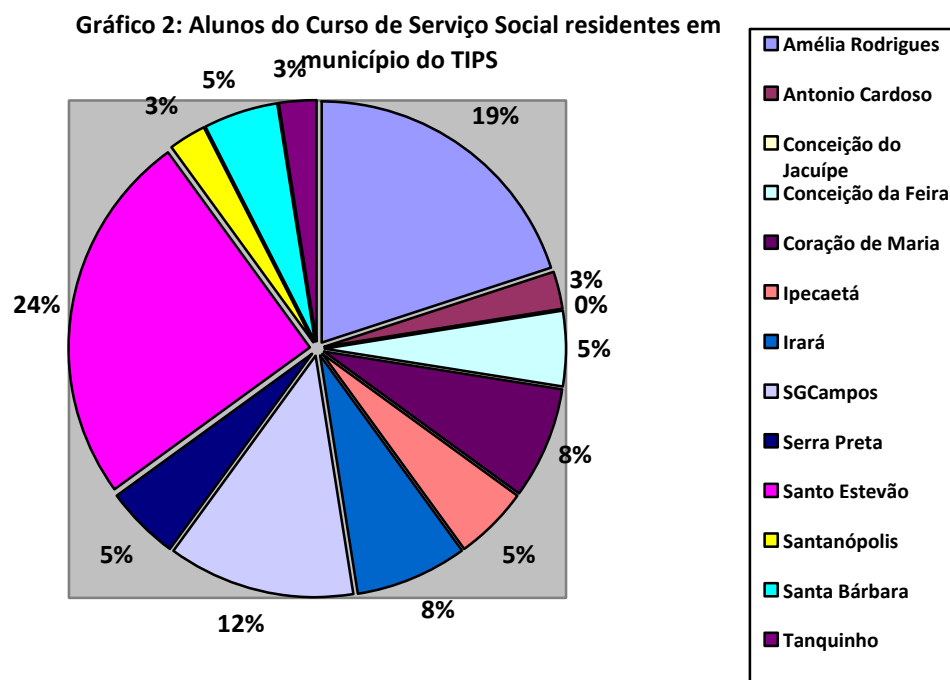


GRÁFICO 2: SIFAN, 2013.

Com esses dados, percebe-se que a FAN ocupa um espaço político e educacional importante no estado da Bahia, com a oferta de vários cursos que contribuem com o desenvolvimento da sociedade, e, em especial do Curso de Serviço Social, que forma profissionais qualificados para atuarem nos municípios, executando as políticas públicas existentes.

Vale salientar ainda que foi a FAN, a segunda IES que apresentou o Curso de Serviço Social de forma presencial no estado da Bahia e, ainda é o único município do TIPS que o faz.

Vale destacar também que o Curso de Serviço Social desenvolve ações e atividades que proporcionam à sociedade um entendimento melhor sobre os seus direitos, destacando: o Congresso Baiano de Serviço Social, o Simpósio Baiano de Serviço Social, o Serviço Social na Praça, Núcleos de Estudo sobre Idosos, Gênero, dentre outras temáticas. O que corrobora com a proposta deste trabalho, que é provocar a FAN a atuar de forma mais enfática nos municípios do Território Portal do Sertão, na perspectiva de contribuir com a melhoria da qualidade de vida das pessoas, formando profissionais de excelência para a sociedade.

CAPÍTULO 3

3 METODOLOGIA

O curso de Serviço Social da FAN e o CODES Portal do Sertão podem contribuir para o desenvolvimento social do Território e, para tanto, esse é o objeto de estudo desta pesquisa, que também pretende contribuir para fortalecer a integração entre o Conselho Gestor do Território e a Instituição de Ensino Superior privado, bem como outros atores sociais que buscam o mesmo propósito.

Para contribuir com essa temática, necessário se faz que o caminho metodológico seja o mais objetivo possível, conforme aponta Minayo (1999, p. 22) a “metodologia é o caminho e o instrumental próprios de abordagem da realidade”. É a partir da realidade apresentada que se pretende realizar esta pesquisa, classificada como de natureza da pesquisa social aplicada, pois trará contribuições teóricas e vivenciadas pelos sujeitos, na busca de fortalecer o desenvolvimento social no Território Portal do Sertão.

No entanto, a pesquisa referente a esse estudo será a pesquisa-ação, conforme orienta Thiollent citado por Minayo (1999) que,

é um tipo de investigação social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (p.26).

Para tanto, este trabalho terá como participantes: diretores, professores e estudantes do curso de Serviço Social da FAN, bem como os/as conselheiros/as do Território de Identidade Portal do Sertão. Esses participantes contribuirão com o propósito descritivo da pesquisa que “tem o objetivo de identificar as características de um determinado problema ou questão e descrever o comportamento dos fatos e fenômenos” (BRAGA, 2007, p. 25).

A pesquisa é do tipo exploratória, participante com a perspectiva de ser aplicada que segundo SILVA (2001, p. 20) “objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses”. Diante disso, pretende-se com esse trabalho, interagir de forma direta

com os sujeitos na perspectiva de uma maior contribuição e fortalecimento do desenvolvimento social no Território.

Por ser descritiva essa pesquisa pretende conhecer a relevância e a importância concebida ao desenvolvimento social do Território de Identidade Portal do Sertão e, como a FAN pode contribuir para que esse desenvolvimento se fortaleça. Além do caráter descritivo, que segundo Fernandez (1994, p. 69) “visa conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir para modificá-la”, o método utilizado foi o da ação qualitativa conforme definem Minayo e Sanches (1993) citados por Braga (2007), que

trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente (p. 28).

Para corroborar o que citam os autores, essa metodologia contribuirá com o alcance dos objetivos desse estudo através das falas dos/as entrevistados/as, já que os/as mesmos/as serão ouvidos a partir de suas representações em órgãos de gestão e de aprendizado, bem como farão declarações sobre as suas realidades como moradores/as do Território de Identidade Portal do Sertão e potenciais parceiros em busca de melhorias no desenvolvimento social.

A abordagem do método qualitativo nesse estudo permitiu, também, compreender a vivência dos atores sociais envolvidos, bem como, contribuiu para a sugestão de mudanças na realidade entre as políticas públicas de desenvolvimento territorial e de educação, para que se sobressaíam frente à prática e o conhecimento dos mesmos.

3.1 LÓCUS DA PESQUISA

O estudo em questão foi realizado em dois espaços que estão diretamente ligados à problemática inicial, sendo eles: a FAN e o CODES Portal do Sertão.

Tais espaços foram escolhidos de acordo com o que se quer alcançar como objetivos da pesquisa, visto que tem como objeto principal o fortalecimento do desenvolvimento social do Território de Identidade Portal do Sertão e como cada espaço pode contribuir para isso.

Para tanto, a FAN que está situada na Avenida Maria Quitéria, nº 2116, Bairro Kalilândia, município de Feira de Santana/BA, como Instituição de Ensino Superior composta por dez cursos de graduação e cinco de pós-graduação *latu sensu*, desenvolve suas ações de acordo com o seu Planejamento Pedagógico Institucional (PPI) acompanhado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) e vem sendo executado pela Instituição através de atividades educacionais e sociais que contribuem para o desenvolvimento social e individual dos seus alunos.

A Faculdade conta com um número de cinco mil alunos, divididos nos seus dez cursos de graduação, tendo mais de 300 alunos frequentando cursos de especialização em diversas áreas do saber, que são ofertadas pela IES (FAN, 2012).

Já o Território de Identidade Portal do Sertão, segundo dados do seu Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDRS) (2012), possui uma área de 5.798 Km², composta por 17 Municípios, que se distribuem, geograficamente, em duas regiões com características relativamente distintas no que diz respeito ao clima, vegetação, atividades agropecuárias e culturais: o Recôncavo²⁰ Baiano e o Semiárido. A localização de cada município é demonstrada no Quadro 2.

Quadro 2 – localização geográfica dos municípios

Município	Localização Geográfica	
	Recôncavo Baiano	Semiárido
Água fria	---	X
Amélia Rodrigues	X	---
Anguera	---	X
Antonio Cardoso	---	X
Conceição da Feira	X	---
Conceição do Jacuípe	X	---
Coração de Maria	---	X
Feira de Santana	---	X
Ipecaetá	---	X
Irará	---	X
Santa Bárbara	---	X
Santanópolis	---	X
Santo Estevão	---	X
São Gonçalo dos Campos	---	X
Tanquinho	---	X
Teodoro Sampaio	X	---
Terra Nova	X	---
Total	05	12

FONTE: PTDS, 2010.

²⁰ A palavra Recôncavo significa cavidade funda, gruta, lapa; área circunvizinha a um porto; enseada (Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque. Novo dicionário da Língua Portuguesa. 14^a. ed., São Paulo, Nova Fronteira).

Percebe-se que apesar de está inserido em duas regiões geográficas, o TIPS agrega municípios que estão de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), inteirados com o potencial desenvolvimento local, o que caracteriza o ambiente territorial, conforme aponta Santos (2005), sobre o lugar e o território:

o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas o espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro (p.114).

Considerando esse princípio voltado para as experiências vividas e renovadas, que os Territórios brasileiros têm se voltado para a junção de ideias potenciais, que possam contribuir com a construção de um desenvolvimento, voltado para o processo de avaliação e reavaliação de ações.

3.2 SUJEITOS PARTICIPANTES

Os atores estudados para contribuir no alcance dos objetivos dessa pesquisa foram: um diretor, dois professores e três estudantes do Curso de Serviço Social da FAN, além de dois conselheiros do CODES. Os critérios de escolha dos sujeitos foram: a) para o diretor: pessoas que estão atuando na IES desde o seu início; b) para os professores: profissionais de áreas diversas que estão atuando no Curso de Serviço Social; c) para os estudantes: escolha aleatória dos estudantes que residem nos municípios do TIPS; e, d) para os conselheiros: um representante da sociedade civil e outro representante do poder público. Neste sentido, foram entrevistados oito sujeitos envolvidos nos dois campos de estudo elencados para que os mesmos apontassem como o Curso de Serviço Social da FAN pode contribuir com o desenvolvimento social do Território Portal do Sertão/Bahia.

Conforme aponta Minayo (1999), os sujeitos de estudo são fundamentais à pesquisa de abordagem qualitativa, visto que os mesmos poderão contribuir com sua vivência em processos de mudança social. E como importantes que são numa pesquisa, vale destacar que os mesmo não terão seus nomes revelados para garantir-lhes o sigilo nas informações e resguardá-los de todo e qualquer tipo de abordagens futuras. Para corroborar com essa questão, os entrevistados foram identificados pelas categorias que lhes representam, sendo: Diretoria, Educadores/as, Discentes e Conselheiros/as.

3.3 COLETA DE DADOS

Para embasar a pesquisa, algumas ações foram realizadas à coleta de dados, conforme orienta Minayo (1999),

o processo de investigação prevê idas ao campo antes do trabalho mais intensivo, o que permite o fluir da rede de relações e possíveis correções já iniciais dos instrumentos de coleta de dados (p.103).

Seguindo essa orientação, a pesquisadora participou de algumas atividades desenvolvidas pelo CODES, a exemplo de reuniões ordinárias do colegiado, encontros territoriais para discutir questões relacionadas à seca, bem como realizou visitas à sede do Conselho para estudos sobre o Território de Identidade Portal do Sertão e também estudos de documentos do Conselho, como Ata de Fundação, Estatuto, dentre outros.

Na FAN, a pesquisadora teve acesso a vários documentos de implantação do Curso de Serviço Social como, por exemplo, Plano Pedagógico do Curso, Resolução do MEC, Plano Pedagógico Institucional, dentre outros.

Após a exploração documental, nos espaços de pesquisa e por se tratar de uma pesquisa social, foram utilizados como instrumentos junto aos sujeitos:

- a) o roteiro de entrevista, que segundo Minayo (1999, p. 99), “difere do sentido tradicional do questionário”, já que os/as entrevistados/as terão mais liberdade para se posicionarem às perguntas realizadas. Já o questionário, “pressupõe hipóteses e questões bastante fechadas, cujo ponto de partida são as referências do pesquisador”. O roteiro de entrevista foi utilizado como forma de “apreender o ponto de vista dos atores sociais previstos nos objetivos da pesquisa”, é composto por poucas questões, já que os atores sociais ficam mais à vontade para responder ao que se pretende (MINAYO, 1999);
- b) a entrevista semi-estruturada ou não-estruturada, que partiu do próprio roteiro de entrevista citado. Para Minayo (1999), a entrevista não-estruturada

consiste em enumerar de forma mais abrangente possível as questões que o pesquisador quer abordar no campo, a partir de suas hipóteses ou pressupostos, advindos obviamente, da definição do objeto de investigação (p.121).

Para tanto, observa-se que a coleta de dados é um passo importante no trabalho de pesquisa, visto que se precisa compreender de fato, o que se quer alcançar com esses meios;

- c) análise documental, a partir de documentos do Conselho, bem como, ata de fundação, estatuto, plano de desenvolvimento territorial, dentre outros e ainda documentos da IES como PPI, Projeto Pedagógico do Curso, dentre outros.

Esse momento de coleta de dados foi de suma importância, pois contribuiu para o entendimento da dinâmica institucional de ambos os espaços pesquisados, o que subsidiou a pesquisadora no processo de sistematização de vários dados importantes para a efetivação deste trabalho.

3.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

Outro passo importante à metodologia de pesquisa são os procedimentos para a análise dos dados coletados, pois, conforme Minayo (1999, p.197), existem alguns obstáculos no momento de análise dos mesmos, dentre eles, a autora destaca que “muito comum na interpretação dos trabalhos empíricos, é a dificuldade de se juntarem teorias e conceitos muito abstratos com os dados recolhidos no campo”. Para tanto, os dados coletados foram interpretados através da “análise de conteúdo”, que é a mais comum das expressões para se representar o tratamento de dados. A técnica de análise de conteúdo utilizada foi a da análise temática, visto que “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado” (MINAYO, 1999, p. 209). Essa técnica foi orientada pelos quatro tópicos existentes no roteiro de entrevista e que resultou nas análises e interpretação descritas no Capítulo 4.

Espera-se, portanto, que, por meio desse método de análise, a pesquisa possa ser visualizada como uma contribuição científica a partir da realidade vivenciada por pessoas que compõem o Território de Identidade Portal do Sertão e com isso possa melhorar e/ou potencializar o desenvolvimento social do Território, já que os sujeitos entrevistados fazem parte de instituições que são de certa forma, responsáveis pela melhoria das políticas públicas no território.

3.6 ASPECTOS ÉTICOS

Pesquisa de abordagem qualitativa preza pela vivência das pessoas em determinadas situações de suas vidas, à qual, foi pautada em questões éticas que implicam comprometimento e responsabilidade por parte da pesquisadora.

Para tanto, a mesma está corroborada pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que trata de questões relacionadas à pesquisa com seres humanos e, também pelo Código de Ética Profissional do Assistente Social, o qual orienta como princípio “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (BRASIL, 2011).

Foi apresentado aos entrevistados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) como forma de aceitação em participar da pesquisa de forma autônoma e conhecedora das possíveis limitações, bem como para garantir-lhes o sigilo dos dados revelados.

CAPÍTULO 4

4 TRILHANDO O CAMINHO DA INTEGRAÇÃO

Nesta seção, apresentamos uma agenda de trabalho com as estratégias adotadas para integrar dois segmentos sociais de participação e atuação: a Faculdade Nobre (FAN) e o Conselho de Desenvolvimento Sustentável (CODES) do Território Portal do Sertão.

Tais estratégias foram pensadas, formuladas e expostas na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento sustentável e social do Território, partindo do princípio de que os profissionais, estudantes, diretoria da FAN e os conselheiros do CODES possam atuar juntas, na busca de melhorias significativas que contribuam com o fortalecimento social do Território.

Para tanto, as discussões, sugestões, comentários e suposições foram feitas seguindo um roteiro temático conforme segue nas subseções adiante.

4.1 A ARTICULAÇÃO E A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOCIAL

As políticas sociais por muito tempo foram vistas como algo de responsabilidade apenas do Estado, o qual assumiu postura de “Estado provedor”, durante décadas da história. Cabe salientar que a responsabilização da questão social não é apenas do Estado, mas também da sociedade civil conforme Nogueira (2001), citado por Torres (2005) que argumenta que esta,

seria entendida como um recurso democrático e estaria pautada por elementos de politização, articulação e unificação de interesse junto a um Estado participativo caracterizado pela luta social e institucional, radicalmente democratizado. Enfim, a sociedade civil como ‘espaço de invenção e organização de novos Estados e pessoas’ (TORRES, 2005, p.153)

Importante ainda enfatizar que esta não é a prática da sociedade civil brasileira. Ainda existe no país uma sociedade civil tímida, principalmente no que diz respeito à articulação das políticas sociais. Para Torres (2005, p. 157), a sociedade civil está

pautada numa “concepção liberal entendendo-a como um recurso gerencial de políticas governamentais”. E, enquanto agir assim haverá um descaso por parte do poder público, no que diz respeito à garantia dos direitos.

Observa-se na prática essa situação de timidez da sociedade civil ao destacar a fala dos entrevistados quando dizem que:

Num espaço como os Conselhos a presença da sociedade civil ainda é grande, porém essa mesma sociedade civil não se coloca como protagonista da história, ficando ainda esperando pelo poder público para realizar algumas ações (CONSELHEIRO 1).

A sociedade civil precisa se organizar mais e melhor para que cumpra o que foi planejado para o seu papel junto ao CODES (CONSELHEIRO 2).

Diante dessas afirmações, percebe-se que está posto que a sociedade civil deva estar de fato ocupando seus espaços tais como: os Conselhos, os Fóruns, os Grupos, dentre outros, e não ficar apenas sendo uma representação fria e vazia em meio às políticas sociais vigentes. Sobre essa questão, Torres (2005), afirma ainda, que

ao encarmos, no contexto da reforma do Estado no Brasil, a sociedade civil apenas como instrumento de melhoria gerencial de programas governamentais e/ou aperfeiçoamento do controle social, talvez estejamos jogando fora as melhores faculdades que a sociedade civil gramsciana nos poderia oferecer (p. 146)

Essa preocupação apontada pelo autor é importante para ser pensada pela própria sociedade a partir de seus segmentos, já que o mesmo critica a forma de atuação da sociedade civil, não a coloca como co-autora dos processos decisórios e, por outro lado, a sociedade civil fica “afastada” do cumprimento de seu papel como gestora das políticas públicas. Para tanto, se torna essencial, que a sociedade civil seja estimulada a assumir o seu papel de sujeito social dentro de uma política pública, seja na sua inserção/representação nos Conselhos, em Redes, Fóruns, Movimentos ou quaisquer outros espaços que se discuta, de forma democrática e digna, a questão social e o direito de ser humano que todas as pessoas têm.

Outro fator interessante é que a sociedade civil precisa se empoderar ainda mais do seu papel, através da compreensão sobre essa importância na gestão pública e ainda, participando de espaços como os Conselhos de Gestão, para que se sobressaia nesse processo de administração das políticas públicas. É necessário

sair do seu espaço, considerado como “zona de conforto”, ampliando o olhar para a ocupação de espaços mais centralizados nas políticas públicas. Apesar da ascensão dos movimentos sociais na década de 80, através das grandes lutas pela redemocratização do país, em busca de um acesso maior de liberdade diante da repressão vivida, por causa da ditadura militar que permeou no país por alguns anos (COSTA, 2010), a sociedade civil brasileira precisa retomar sua história política e social, principalmente no que diz respeito à questão da mobilização, da pressão popular, para se discutir formas de assegurar os direitos básicos das pessoas.

Diante disso percebe-se a importância da articulação entre os vários setores da sociedade. Pois, para que haja, de fato, a participação social e a democracia seja exercida pelas pessoas, é necessário que o poder público, a sociedade civil e o setor privado, possam “sentar juntos” para articular as políticas públicas em prol da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Frente à demanda de uma articulação, em prol da execução de qualidade das políticas públicas, e, em prol de uma participação maior das pessoas na busca pelo desenvolvimento, percebe-se a importância que essa ação pode ter, junto à população. Tal percepção foi visualizada a partir das entrevistas realizadas com os sujeitos de estudo desse trabalho, conforme segue:

O CODES é um espaço de mobilização social importante, pois reúne vários segmentos dos municípios em busca de melhoria no desenvolvimento do Território (CONSELHEIRO 1).

Para que haja uma articulação entre a Faculdade e o Território Portal do Sertão é necessário que haja a divulgação de ações que cada espaço desenvolve, buscando com isso, o conhecimento das potencialidades de cada setor (EDUCADOR 1).

Percebe-se que há a participação ou o desejo de participação dos segmentos municipais no Conselho de Desenvolvimento Sustentável, para tanto, os entrevistados não denominam quem representaria esses segmentos, ficando clara a idealização de que existe na sociedade uma organização. Portanto, essa pergunta fez-se necessária, para identificar quem, de fato, representa ou são esses segmentos da sociedade que devem estar próximos e/ou envolvidos com o desenvolvimento social do Território:

Representantes do Poder Público, representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Universidades Públicas, Faculdades, Escolas,

Órgãos do Governo Estadual, Igrejas, Associações, Cooperativas, e, ainda a população de forma geral (CONSELHEIRO 1).

Todos esses atores sociais elencados podem, e devem contribuir com o processo democrático e cidadão a que se pretendem os CODES na busca do desenvolvimento social dos Territórios. Para tanto, é necessário que haja o entendimento de uma participação cidadã, citada por Teixeira (2002, p. 30) como sendo um “processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado, em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações”.

Sobre o entendimento do papel de cada instituição apresentada, houve um desconhecimento por parte dos entrevistados, visto que os mesmos apresentaram o desejo de participação de tais instituições, porém, poucas atuam diretamente nessa questão e nesse espaço ampliado de discussão e de deliberação, como por exemplo, os Conselhos Gestores das Políticas Públicas.

Quando se fala sobre a participação social, muitos teóricos definem várias formas, conforme já apresentado em outra seção desse trabalho, porém, para os entrevistados as respostas foram um tanto quanto desanimadoras, visto que:

A participação no CODES acaba sendo em benefício próprio de pesquisadores, curiosos, ou ainda entidades que serão beneficiadas com programas do poder público, a exemplo de Prefeituras, Associações, etc (CONSELHEIRO 2).

Essa participação deixa a desejar, pois há um ‘jogo de interesse’ no que diz respeito à continuidade do CODES, quando se precisa ou quando tem algum benefício do governo, lotam as reuniões, quando não há interesse, as reuniões ficam esvaziadas (CONSELHEIRO 1).

Vale ressaltar, que no momento dos relatos, surgiram insatisfações, sentimentos de frustração por parte de alguns atores sociais no que diz respeito à importância da articulação e, conseqüentemente, da participação social, política e “cidadã”. Esse sentimento é permeado também pela desvalorização que, muitas vezes surge do poder público, quando não assume seu papel de provedor das políticas públicas de forma que atendam as necessidades da população.

Para tentar identificar a situação de pouca participação da população nos Conselhos, foi verificado que há ampla divulgação das reuniões do CODES através de “e-mails, programa de rádio, convite impresso” (CONSELHEIRO 2), para todos os

membros, porém, muitas vezes as reuniões não aconteceram por falta de representação social e política, conforme apontou o entrevistado citado.

Diante disso, faz-se mister compreender que há uma lacuna importante deixada de lado, que talvez contribua para o entendimento ou quiçá para a valorização desse espaço, como espaço de discussão, deliberação e ainda como espaço de socialização das políticas públicas. Tal lacuna pode ser preenchida com a importância que deve ser dada à educação, conforme os entrevistados apontam:

Que devem ser discutidas as questões dos Territórios na sala de aula para que os alunos possam compreender melhor a estratégia do Desenvolvimento Territorial (EDUCADOR 2).

Que a Faculdade deve realizar pesquisas para conhecer a realidade de cada município e com isso contribuir no desenvolvimento social do Território a partir de ações que provoquem mudanças de comportamento tanto do poder público como também da sociedade como um todo (EDUCADOR 3).

Perante essas observações feitas pelos entrevistados percebe-se que a Faculdade Nobre pode contribuir através de ações no fortalecimento da educação, para que a população perceba o seu papel de contribuinte direta no fortalecimento de ações que provoquem mudanças na sociedade.

A educação, conforme aponta (FÉTIZON, 2010, p. 9), “está diretamente ligada à integralidade do homem e, portanto, a sua condição histórica e ao exercício de tal função”. Ora, se analisarmos o processo histórico vivenciado no Brasil, percebemos que nosso país, ainda de forma muito imatura tem uma população que ainda desconhece o que seja integralidade em seu sentido amplo. O que seria a integralidade do homem diante de tantos direitos negados, violados, negligenciados? Essa pergunta somente poderá ser respondida pela própria população quando identificar, que a partir de um entendimento amplo sobre participação, pode se perceber a importância da educação e de outras políticas públicas.

Para tanto, nessa questão um dos entrevistados aponta que

Apesar de não existir ainda um grupo de trabalho no CODES sobre Educação, percebe-se que a mesma tem seu papel na organização social do país, e para isso, a parceria com as Universidades pode e deve contribuir para esse entendimento, principalmente quando os filhos dos agricultores passar a frequentar esses espaços (CONSELHEIRO 1).

Com esse olhar, percebe-se que a Educação formal apesar de distante de alguns espaços sociais, é importante para dinamizar o olhar para públicos ainda fragilizados na sociedade. Frente a essa questão, Orso (2008), informa que a educação vem sendo discutida de várias maneiras, porém o autor ainda afirma que o papel da educação deve ser avaliado da seguinte forma: “se ela reproduz a sociedade em que está inserida ou se ela é ou pode ser revolucionária a ponto de transformar toda a sociedade” (p.49).

Nesse ponto de vista, partimos do pressuposto que se a população passar a conhecer seus direitos, exercer seus deveres e se organizar, há uma grande chance de se empoderar na busca de melhorias coletivas.

Por outro lado, percebe-se que para que a população possa adquirir maior nível de participação, se faz necessário que haja uma maior participação na luta pela conquista das ações que contribuam para o desenvolvimento social. Além disso, cabe à população se reconhecer no espaço e no tempo em que estão, pois em uma época em que vive-se no Brasil há mais de duas décadas sob um sistema democrático de direito, com caráter participativo e representativo, torna-se ainda um desconforto falar de educação ou de melhorias na educação para muitas pessoas, pois a mesma não chega como deveria ou ainda como preconiza a Lei nº 9.394/96, que institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Há uma nítida percepção que a LDB não é cumprida como está escrita. Chega-se a várias conclusões, porém nenhuma como verdade absoluta pelo fato que a Educação só pode acontecer como política pública quando de fato acontecer uma nova reestruturação da sociedade, do Estado e do mercado. Esses três segmentos são de forma direta, responsáveis pelo desenvolvimento da sociedade. Neste caso, ao serem questionados sobre a importância da educação para o desenvolvimento social, responderam que,

A educação é importante para todas as pessoas, principalmente para aquelas a quem lhes são negados quase todos os direitos básicos. (CONSELHEIRO 1).

Através de uma educação de qualidade, percebe-se o quanto a sociedade pode se desenvolver. Para tanto faz-se necessário que haja profissionais capacitados e comprometidos em contribuir com essa ação (EDUCADOR 2).

Para que haja desenvolvimento de qualidade é necessário que haja educação de qualidade (EDUCADOR 1).

A educação serve para a construção de estratégias que possam contribuir para o desenvolvimento. É através dela (da educação) que se chega a conseguir benefícios importantes para a sociedade (CONSELHEIRO 2).

Diante dessas afirmações feitas pelos sujeitos de estudo desse trabalho, percebe-se o quanto se faz necessária uma educação de qualidade para o desenvolvimento social, tendo professores capacitados continuamente, espaço físico adequado para a aprendizagem, pesquisas sendo realizadas, dentre outras ações que qualificam ou podem qualificar a Educação, que deve ser pensada em seu sentido amplo, conforme aponta Orso (2008, p.50) dividida em “formal e informal”.

Neste trabalho, essas duas formas de educação serão tratadas, visto que a educação formal terá um caráter mais central, já que se pensa como a educação superior através do curso de Serviço Social pode contribuir com o desenvolvimento social de um Território de Identidade, local onde são discutidas, refletidas, negociadas, deliberadas, executadas ações em todos os âmbitos sociais. Local onde acontece a troca de saberes, a partilha do conhecimento através da experiência vivida, mas também local de acolhimento, de aperfeiçoamento e de execução de ações que traz a formalidade em seu cerne.

Sobre essa importância do conhecimento adquirido, produzido, partilhado, especializado, os entrevistados apontaram situações potenciais de parcerias que podem dar resultados que contribuam no acesso e garantia dos direitos básicos dos cidadãos. Quando questionados sobre a importância da participação de Instituições de Ensino no CODES responderam que,

É muito importante para o Conselho ter a participação das Universidades pois é um conhecimento qualificado. A parceria pode ser realizada de diversas formas, por exemplo, com a vinda da UFRB para o Território, o CODES teve um importante papel, fez uma declaração para o MEC afirmando como o desenvolvimento do Território ia aumentar, isso fortalece. Isso é parceria! (CONSELHEIRO 2).

É bom, pois com essa parceria pode se pensar em estratégias de aumentar os profissionais no Território, valorizar o que se tem... é muito bom (CONSELHEIRO 2).

Essa parceria pode ser muito boa, pois pode se desenvolver várias ações nos municípios do Território e com isso melhorar o desenvolvimento e também mostrar a cara da Instituição (DIRETORIA).

Diante dessas afirmações, percebe-se o quanto a articulação, integração, parceria e educação podem ser importantes na busca do desenvolvimento social do

Território. Porém, a participação das IES ainda deixa a desejar, já que as mesmas não fazem parte do Conselho diretivo, não frequentam com assiduidade as reuniões, não desenvolvem ações para estimular a participação da sociedade neste espaço.

Há ainda muito que fazer neste âmbito, pois para que o desenvolvimento ocorra é necessário que haja o empenho de todos os segmentos da sociedade, em busca de resultados coletivos, e, para isso, a sociedade precisa ainda se educar tanto no nível formal, como no informal.

Não pode se pensar na educação apenas dentro de quatro paredes, para formar pessoas sem o conhecimento mínimo da realidade, corroborando com isso, os entrevistados responderam que

Há muito o que se fazer para que a educação saia dos muros da instituição. É preciso estimular os alunos a compreenderem a realidade, é preciso disseminar o conhecimento adquirido com a educação formal e multiplique através da partilha com a experiência vivenciada pelas pessoas que aprendem também na informalidade (EDUCADOR 1).

É necessário fortalecer a parceria entre a Faculdade e os gestores públicos, para que ambos possam se conhecer e assim ofertar e desenvolver ações que contribuam com a educação e, conseqüentemente, com o desenvolvimento social (EDUCADOR 2).

Percebe-se a importância na troca de saberes entre os segmentos da sociedade, bem como também que existe a possibilidade de se trabalhar em parceria e esse trabalho pode contribuir para a mudança de vida de milhares de pessoas que residem no Território Portal do Sertão.

Além do mais, se faz necessário compreender que estas ações podem desencadear o fortalecimento de uma rede social, que de forma multidisciplinar contribua na ampla participação da sociedade em busca de efetivar os direitos elencados na Carta Magna brasileira de 1988. Há nesse processo de rede social, uma estrutura de poderes e saberes que constituem na formação de uma nova sociedade, que possa se pautar através da plenitude da cidadania, ao que Saquet (2011) denomina de territorialidade, quando aponta que,

Há múltiplas atividades e territorialidades em nossa vida cotidiana, produto e condição da totalidade existente entre os níveis local, regional, nacional e internacional: as dinâmicas escalar (areal) e reticular/relacional não são excludentes. Elas acontecem ao mesmo tempo, formando cruzamentos, lugares, territórios em redes próximas e distantes, formando cruzamentos (...), nós e malhas que estão na base da formação de qualquer territorialidade e território em qualquer relação espaço tempo (p.83).

Diante dessa definição, cabe refletir sobre a importância e o papel que a territorialidade passa a existir nas definições de Território que vêm sendo implantadas no país. Cabe ainda, questionar qual a forma que essas definições têm sido implantadas e como a população tem participado desse processo.

4.2 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DOS DIRETORES, PROFESSORES, ESTUDANTES E CONSELHEIROS NAS DECISÕES DO TERRITÓRIO PORTAL DO SERTÃO

A participação social requer compreender os processos de entendimento da sociedade para com a sua obrigação na construção da mesma. No Brasil, vários foram os momentos que a participação teve destaque, a exemplo do período de redemocratização, do Impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello, dentre outros. Porém, muita coisa mudou no que diz respeito à participação social, ou melhor, destacando, a participação da sociedade, pois as pessoas estão passando por um processo de comodismo social, aceitando tudo o que é colocado pelo sistema governamental.

Ao se discutir sobre sociedade, vale destacar que a mesma é formada por vários setores, os quais se destacam nesse trabalho: poder público, setor privado e os sujeitos de uma forma geral. Segundo Bobbio (1987) citado por Costa (2010, p.100), “a formação da sociedade está relacionada com o ordenamento político em território ampliado, que irá representar a dissolução/integração das comunidades primitivas isoladas”. O que significa compreender que para a sociedade se formar enquanto tal é necessário que haja o entendimento que a mesma demanda interação entre os seus atores, estes, inseridos nos mais variados espaços sociais, políticos e educacionais.

Para Teixeira (2010, p.33), os atores que formam a sociedade são “as elites tecnicamente preparadas e selecionadas, via processo eleitoral, ou cidadãos, de forma direta ou através de mecanismos que permitam sua expressão e deliberação”. Diante dessa afirmação, vale destacar que a composição da sociedade está formada por pessoas que na maioria das vezes, tem o mesmo poder, porém a forma como este poder é utilizado é o que faz a diferença.

No que diz respeito à importância da participação social dos entrevistados, vale ressaltar que os mesmos atuam de forma muito tímida, visto que, ainda, não compreendem e/ou executam o seu papel como deveriam no âmbito do desenvolvimento social, conforme falas a seguir:

Enquanto Instituição de ensino, não se pensou ainda em como promover o avanço do desenvolvimento social dos municípios próximos à Feira de Santana, porém percebe-se que esse ponto é importante inclusive na possível parceria que se deve ter com os municípios (DIRETORIA).

Nunca participei de nenhuma ação do Território Portal do Sertão porque não compreendo ainda o que significa essa proposta, por outro lado, é preciso que haja mais divulgação do que acontece para que possamos participar (EDUCADOR 2).

A participação na sociedade requer do indivíduo uma disponibilidade de tempo e de entendimento do seu papel como cidadão, porém quando se discute sobre a cidadania, as pessoas na maioria das vezes desconhecem o seu entendimento. Conforme aponta Simmel (1974) citado por Costa (2010),

que a relação entre sociedade e indivíduo apresenta-se por uma relação dialética entre interioridade e exterioridade, e é essa relação que define a posição unitária do homem e dos diferentes grupos sociais na atualidade (p.105).

Essa questão da interioridade do indivíduo apontada pelo autor requer um entendimento da sua importância social e, ao mesmo tempo, da sua responsabilidade como ser social. A interioridade é vista ainda como algo que precisa ser trabalhado para que o indivíduo se sinta parte da sociedade e com esse sentimento possa fazer parte da mesma de forma direta, porém, os sujeitos não responderam ao questionamento de se sentir e/ou fazer parte da sociedade.

Sobre essa discussão da participação social dos entrevistados e ainda sobre o seu entendimento com relação à política de Desenvolvimento Territorial foi apresentando que

É necessário que haja maior participação de todos na busca da garantia que a política de Desenvolvimento Territorial apresenta, pois o desenvolvimento tem que ser de forma ampla, envolvendo o campo e a cidade e para que isso ocorra é necessário que haja planejamento e integração dos setores sociais (CONSELHEIRO 1).

O Desenvolvimento Territorial acontece com a execução de ações para contribuir com os direitos das pessoas em todos os âmbitos (EDUCADOR 2).

Não participo das ações desenvolvidas no Território por não saber o que significa ainda, mas avalio que pode ser interessante articular essa temática com outras de interesse da sociedade (DIRETORIA).

Já ouvi falar de Desenvolvimento Territorial, porém nunca participei de nada sobre o tema e acho que deveria se discutir sobre isso na sala de aula, para que possamos melhorar o entendimento, pois acredito que serve para melhorar a vida das pessoas (DISCENTE 1).

Ficam evidentes os entendimentos dos entrevistados sobre a importância da participação social, porém percebe-se que ao se tratar da participação e das ações desenvolvidas no Território, esse entendimento fica fragilizado, pois a maioria desconhece como funciona a execução das políticas de Desenvolvimento Territorial.

Isso provoca a emergência de discussões sobre a importância da participação social da Faculdade Nobre nas ações desenvolvidas no Território Portal do Sertão, já que esta IES atua diretamente com os sujeitos desse Território, através dos estudantes e, ainda mais, identificar como o Curso de Serviço Social pode contribuir, de forma incisiva, com as questões territoriais existentes, já que este curso carrega em seu bojo, experiências incríveis de participação, mobilização e atuação social, principalmente quando passou por várias rupturas e quebra de paradigmas no país. Já na Faculdade Nobre, para que as pessoas se sensibilizem, é necessário que haja maior envolvimento e identidade do processo da territorialidade conforme afirma Saquet (2011), por parte dos profissionais da educação, bem como por parte dos gestores da FAN em investir nos processos de relação social com as pessoas.

4.3 OS DIRETORES E PROFESSORES DA FAN REPENSANDO SEU OLHAR COM O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO TERRITORIAL DO PORTAL DO SERTÃO

A Faculdade Nobre é uma Instituição de Ensino Superior sediada num dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia, de grande proporção populacional e econômica e sedia o município de Feira de Santana, segundo maior município do Estado. A IES tem como função social com os dezessete municípios do Território, considerando que grande parte dos seus alunos advém destes, formar pessoas e profissionais que possam contribuir com o melhor desenvolvimento social, econômico e político do TIPS.

Compreendendo a realidade em que estão inseridos, percebe-se que os profissionais da Instituição exercem funções importantes nestes municípios, a exemplo de advocacia, assistência social, medicina, odontologia, fisioterapia, engenharia, psicologia, dentre outros.

Para tanto, vale ressaltar que ainda, de forma muito tímida, tais profissionais atuam no desenvolvimento social e, conseqüentemente, no desenvolvimento territorial visto que, essa atuação acontece de forma anacrônica e desvinculada do planejamento territorial, de sua vivência e atuação.

A Educação tem uma enorme contribuição no desenvolvimento social e, para tanto, esse trabalho buscou apresentar como essa contribuição pode ser potencializada no Território Portal do Sertão tendo como *lócus* de pesquisa a FAN, através do Curso de Serviço Social.

Considerando que 93% dos estudantes de Serviço Social originam dos municípios do Território Portal do Sertão, faz-se necessário provocar a Instituição e, conseqüentemente, seus profissionais em repensar ações que contribuam para o fortalecimento do desenvolvimento destes municípios, através de dinâmicas acadêmicas e sociais que envolvam, além dos profissionais da Instituição e seus respectivos alunos, os gestores públicos e representantes da sociedade civil do Território.

Para que isso ocorra, é importante destacar que tais atores sociais precisam conhecer e estar sensibilizados com a questão, assim podem se colocar à disposição para contribuir com ações, já que o Curso de Serviço Social pode e deve contribuir no desenvolvimento, através da elaboração, execução e avaliação das políticas públicas.

Para verificar o nível de interação e também de disponibilidade da IES com relação a essa proposta, foram entrevistados diretores e professores do Curso de Serviço Social sobre a possibilidade de atuação ou até mesmo de inserção da Instituição nas ações do Território, para tanto, os mesmos responderam:

Vale ressaltar que há uma sensibilidade da Instituição de valorizar e contribuir no desenvolvimento social do Território, apesar de não ter ainda nenhuma participação direta nas ações já desenvolvidas, pode-se pensar estratégias de contribuir com o desenvolvimento territorial a partir do conhecimento adquirido pelos discentes em sala de aula e também na busca de firmar convênios com os gestores municipais na busca de desenvolver diversas ações nos municípios (DIRETORIA).

Por compreender que o Serviço Social tem uma função de articular políticas públicas, avalio que a junção com a política de desenvolvimento territorial pode dar bons frutos, principalmente porque ambos têm a mesma perspectiva: atender as demandas sociais das pessoas (EDUCADOR 2).

Acredito que formando bons profissionais estamos contribuindo com o desenvolvimento social no Território, pois os mesmos podem, através de suas ações, minimizar as distorções sociais existentes (EDUCADOR 1).

As falas apresentadas denotam sensibilidade por parte dos profissionais da IES no que tange à questão do desenvolvimento social do Território, porém há evidências do distanciamento de alguns, no que diz respeito à política de Desenvolvimento Territorial. Essa questão torna-se presente quando se percebe que as ações desenvolvidas pelo CODES ainda não contam com a participação da sociedade. Na fala de um sujeito, essa questão vem à tona, ao perguntarmos sobre a parceria do CODES com IES privada,

Não temos nenhuma participação de Faculdade particular no CODES, talvez seja porque também nunca procuramos e também eles não nos procura. Porém percebo que essa é uma parceria que deve ser feita, pois temos muito a ganhar com essa participação (CONSELHEIRO 2).

Essa parceria conforme foi denominada pelo entrevistado pode trazer benefícios sociais muito bons para os municípios inseridos no Território Portal do Sertão, porém se analisarmos criticamente está explícito também nesta fala que a IES pode ser uma das maiores beneficiadas com essa possível parceria, porém é necessário compreender que o que está em questão é o benefício que a sociedade pode ter com essa atuação da IES nos municípios.

Por outro lado, vale salientar que o curso de Serviço Social da FAN, já formou 450 Assistentes Sociais e, destes, mais de 60% encontram-se trabalhando nesse Território. Assim, é possível desenvolver ações de pesquisa e extensão, potencializando com isso, o trabalho desenvolvido pelos profissionais e tendo a Faculdade como contrapartida conhecer dados concretos da realidade na qual está inserida.

Sobre a perspectiva da pesquisa e da extensão, vale ressaltar que os entrevistados percebem a importância da IES investir mais em ações sociais, pois a LDB, no seu artigo 43, inciso 7, enfatiza que uma das finalidades da Educação Superior é “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa

científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 2001, p. 30). Baseados neste texto, os entrevistados responderam que para o fortalecimento e parceria da FAN com o CODES Portal do Sertão deve haver

Prestação de serviços à comunidade de forma concreta, a partir de dados coletados através de pesquisa científica e atividades de extensão nos municípios do Território (EDUCADOR 2).

Uma aproximação da realidade dos municípios desenvolvendo pesquisa e executando atividades de extensão que fortaleçam o desenvolvimento da comunidade. Deve ainda contribuir para que a teoria saia do papel e vá para a prática (EDUCADOR 1).

Investimento em pesquisa e extensão e provocar os alunos a saírem de sua zona de conforto e verificar a realidade existente no seu meio (DISCENTE 2).

Essas sugestões apresentadas pelos entrevistados e asseguradas pela LDB no que diz respeito à Educação Superior podem servir de pontapé inicial para a construção de uma agenda comum entre o CODES e a FAN mediada pelo Curso de Serviço Social, desenvolvendo um planejamento conjunto, proporcionando o exercício da interdisciplinaridade e da ação política.

Por outro lado, percebe-se também que os atores sociais envolvidos nesta pesquisa, podem colaborar com o desenvolvimento do Território, a partir dos saberes técnicos de cada um, e, investindo da melhor forma para que esse desenvolvimento aconteça de forma partilhada entre todos os setores da sociedade.

4.4 A ESTRATÉGIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA FAN EM CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO TERRITÓRIO PORTAL DO SERTÃO

Para que ocorra o que foi pensado por essa pesquisa e que os seus objetivos sejam de fato, alcançados, é preciso que haja disponibilidade, desejo de mudança, vontade de contribuir e interesse em fortalecer o desenvolvimento social, de forma sustentável no Território Portal do Sertão, por parte dos envolvidos neste trabalho.

Quando o Curso de Serviço Social foi implantado, no ano de 2002, a FAN não tinha ideia da grandiosidade de contribuição no desenvolvimento social do Território Portal do Sertão, uma vez que essa dinâmica territorial não estava oficializada pelo Governo Federal.

Para tanto, faz-se necessário pensar com urgência estratégias para essa parceria, já que se têm muitos profissionais formados pela FAN através do curso de Serviço Social atuando nos municípios, e ainda, um grande número de alunos que se encontra estudando em busca de ser um profissional de qualidade, e ainda, o grande número de pessoas que procuram este curso como forma de se qualificar e garantir no mercado de trabalho um espaço de qualidade que possa executar sua função.

Com o passar dos anos, a FAN foi se fortalecendo e assumiu um nível de qualificação nos seus cursos superiores através do investimento em profissionais, estrutura e equipamentos que garantem a qualidade do ensino e demonstram a preocupação com a formação profissional das pessoas que a procuram.

No início da década de 2000, quando foi implantada, a Faculdade Nobre, segundo um dos entrevistados, o maior objetivo era “criar possibilidades de crescimento educacional em Feira de Santana/BA”, porém, esse objetivo foi se ampliando, pois os alunos que a Faculdade passou a receber advinham de vários municípios do entorno de Feira de Santana, o que ainda acontece, de forma recorrente.

Cotidianamente, param na porta da Faculdade, vários ônibus escolares de municípios pertencentes a outros Territórios que não sejam apenas os do Portal do Sertão. Com esse crescimento em tamanho, estrutura, número de cursos, de alunos, a FAN se vê atualmente na obrigação de atender ao que está posto na LDB no que tange à Pesquisa e à Extensão.

Para atender a essa demanda, foi criado no ano de 2011, o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão (NEPEX) que fica situado em prédio anexo ao prédio central da Faculdade. No NEPEX são desenvolvidas várias atividades como Núcleos de Pesquisa, Encontros, Seminários, dentre outras.

Como o propósito desse trabalho é analisar como o Curso de Serviço Social da FAN pode contribuir no desenvolvimento social e sustentável do Território Portal do Sertão, cabe uma discussão sobre esse tema (pesquisa e extensão), referente ao que o curso tem ofertado: a) O grupo Vida Nobre²¹; b) O Balcão de Justiça²²; c) e apoio ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em Assistência Social (NEPAS) d) o Grupo

²¹ Que faz um trabalho multidisciplinar com os Idosos tendo a parceria dos cursos de Serviço Social, Educação Física, Enfermagem e Nutrição.

²² Projeto de extensão multidisciplinar que junto com o Curso de Direito atende a pessoas que estão necessitando de atendimento jurídico.

de Estudos sobre Tecnologias e Saúde Mental (Geotec/Feira), e) O Núcleo de Estudos em Serviço Social e Desenvolvimento Territorial, implantado no ano de 2011, por conta dessa pesquisa, que desenvolvem pesquisa e extensão na área do Serviço Social. Porém, segundo os entrevistados,

Essas ações ainda são mínimas frente ao número de alunos que o Curso tem, pois não atende sequer a 10% dos mesmos (EDUCADOR 2).

Os Núcleos de Pesquisa e Extensão devem contribuir com a prática profissional, através da experimentação, na forma que as demandas se apresentam na realidade. É uma oportunidade de praticar o que estudaram na teoria. É importante! (EDUCADOR 1).

Esses depoimentos corroboram com o que apresenta Brasil (2006) citado por Calderón (2007) sobre a

Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) que na sua visão, a extensão universitária deve ser compreendida sob três aspectos: a) processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade; b) via de mão dupla, com livre trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade e oportunidade da prática de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, professores e estudantes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, fará ampliar e elevar o nível do conhecimento anterior; e, c) interação de universidade com a sociedade, com as comunidades externas em suas mais diferentes formas de organização, que estabelece uma troca de saberes acadêmico e popular, possibilitando a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade nacional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade (p.30-31).

Esse posicionamento do MEC, através da Sesu, e também o posicionamento dos entrevistados contribuem para que a pesquisa e a extensão aconteçam de forma interdisciplinar e não apenas para atender uma solicitação burocrática. É necessário fazer acontecer essas ações para que a população acadêmica passe a compreender de fato o que ocorre na realidade social e, possa transformar e mudar as mazelas sociais existentes, a exemplo da pobreza e da miséria extrema a que o país está submetido.

Outro ponto que merece destaque é a extensão que deve ser mediada pelas IES na comunidade, enfatizando e desenvolvendo ações sobre a questão da responsabilidade social. Frente à essa temática, observa-se nos documentos do Curso de Serviço Social que a Faculdade vem desenvolvendo ações que podem ser consideradas de relevância social, bem como assume um caráter de

responsabilização social, a exemplo do Serviço Social na Praça²³ e também das pesquisas de campo, realizadas em bairros periféricos da cidade de Feira de Santana/BA, com os alunos do curso. Além dessas atividades, o Serviço Social vem contribuindo com o desenvolvimento social da seguinte forma:

Formando profissionais capacitados para a intervenção nos diversos espaços ocupacionais de forma competente e ética, prezando pelo que reza o Código de Ética Profissional do Assistente Social (EDUCADOR 2).

A FAN precisa investir mais na questão da responsabilidade social, pois ainda atua de forma muito tímida e quase invisível, é necessário mostrar a cara e fazer diferente na sociedade (EDUCADOR 1).

Percebe-se que ainda há uma carência no que diz respeito à responsabilidade social através da pesquisa e da extensão na FAN, uma vez que as ações e experiências realizadas nas comunidades são consideradas exitosas, porém, há necessidade de investimento por parte da Instituição para que estas ações sejam multiplicadas e executadas também em outros municípios. Muitas ações realizadas apenas no município de Feira de Santana, podem refletir na desvalorização e no excesso e com isso perder a essência da extensão universitária, proposta pelo MEC, pois à medida que as ações são desenvolvidas nos mesmos espaços e com o mesmo público pode ocorrer uma rotina que se tornará cansativa e os resultados poderão deixar de ser vistos.

Frente a essa questão, esse trabalho pretende contribuir com o fortalecimento do desenvolvimento social do Território Portal do Sertão, através do Curso de Serviço Social da FAN, e para que isso aconteça é mister que o curso através da participação direta da Instituição, possa redirecionar seus esforços na busca de ações político-sociais. Para tanto, faz-se necessário resgatar algumas situações históricas do curso na Instituição desde a sua implantação, conforme se vê nos depoimentos dos entrevistados

O curso de Serviço Social na FAN surgiu a partir de uma pesquisa de mercado realizada na sociedade feirense. As maiores dificuldades enfrentadas até hoje no curso foi a questão da titularidade dos professores e a escassez dos campos de estágio. Por outro lado, o Curso de Serviço

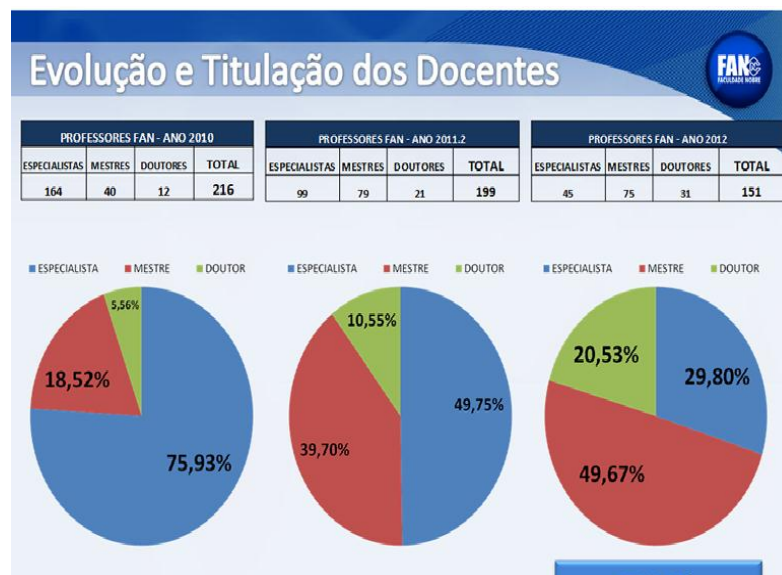
²³ Atividade realizada anualmente com todos os alunos de Serviço Social, na Praça Central de Feira de Santana, com o intuito de prestar um atendimento à população através dos serviços realizados pelo Assistente Social.

Social foi quem alavancou o crescimento da Faculdade e ainda hoje tem uma divulgação positiva por parte dos alunos que se formam (DIRETORIA).

Percebe-se que como curso inicial da Instituição de Ensino Superior, o Curso de Serviço Social tem contribuído com o crescimento institucional e que ainda é considerado como curso de grande importância pela qualidade na formação profissional.

Segundo dados do SISFAN (2013), a Faculdade Nobre conta com um número de 151 Professores, conforme quadro abaixo:

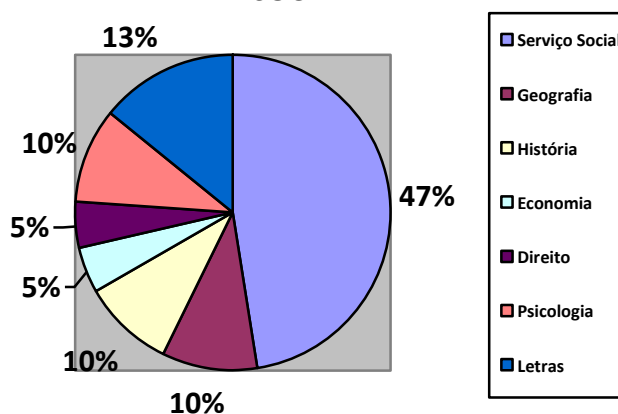
QUADRO 3: EVOLUÇÃO E TITULAÇÃO DOS DOCENTES



Fonte: SISFAN, 2013.

No que diz respeito ao Curso de Serviço Social, o mesmo conta com um número de 21 professores, com formação em diversas áreas sociais, conforme o Gráfico 3:

**GRÁFICO 3 - FORMAÇÃO DOS
PROFESSORES DO CURSO DE SERVIÇO
SOCIAL**



Fonte: SISFAN, 2013.

Dos professores atuais do Curso de Serviço Social, 30% são mestres, 45% estão inseridos em algum Programa de Mestrado em Universidades Públicas e/ou Privadas e, os outros 25% são especialistas. Porém, esta titularidade, apresentada pela IES como uma das dificuldades iniciais do curso tem se superado à medida que os profissionais estão compreendendo a importância da qualificação e autonomia profissional. Segundo os entrevistados essa busca pela qualificação é atribuída também às facilidades encontradas na Instituição, que incentivou os professores a buscarem mais qualificação e exercerem sua autonomia profissional, conforme as falas:

A convivência, a boa relação com os diretores, o respeito com os colegas de profissão, a autonomia em sala de aula, são pontos positivos da Instituição para com os seus funcionários (EDUCADOR 1).

Na Instituição existe uma facilidade do professor atuar como tal, pois o mesmo tem autonomia em sala de aula, na sua disciplina, o contato com a coordenação, com a direção é muito tranquilo e aberto. Há uma disponibilidade para o atendimento ao professor (EDUCADOR 2).

A demonstração do Curso através dos professores, dos alunos e dos egressos faz com que a Faculdade seja reconhecida com notas excelentes pelo MEC e pelo ENADE, como também contribui para o aumento de alunos a cada semestre (DIRETORIA).

Percebe-se que o Curso de Serviço Social da FAN tem uma estrutura voltada para o atendimento profissional e qualificação dos alunos na sua formação, para tanto, percebe-se também que há uma potencialidade no sentido de fazer com que

as ações do curso possam ser desenvolvidas em municípios do Território Portal do Sertão, para que essa divulgação possa melhorar cada vez mais tanto para a Instituição quanto para a comunidade.

Ainda no que diz respeito à FAN e ao Curso de Serviço Social, outros tópicos levantados pelos entrevistados foi no que se refere ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Para eles,

O Projeto Pedagógico do Curso nunca foi discutido em reuniões do colegiado e que considera importante uma reavaliação desse instrumento, pois considera o centro do Curso. Todas as atividades do Curso devem estar de acordo com o Projeto Político (EDUCADOR 1).

O Projeto Pedagógico do Curso deve ser baseado na perspectiva de avaliar os processos pedagógicos, preparado os alunos para o exercício profissional, é importante que todos tenham conhecimento para que haja um nivelamento das disciplinas e também das teorias estudadas pelos alunos (EDUCADOR 2).

Percebe-se através das falas dos entrevistados que os mesmos sentem a carência de discutir o Projeto Pedagógico do Curso de forma sistematizada, pois é o documento que direciona o curso em todos os seus âmbitos. Porém, para se (re)elaborar um Projeto Político do Curso, é necessário que antes se trabalhe com o planejamento, conforme orienta Gandin (2008, p. 21).

No caso do PPC do Curso de Serviço Social da FAN, vale destacar que o mesmo já existe desde a implantação do Curso, no ano de 2002, porém, o mesmo necessita ser revisado de forma participativa, conforme orienta Gemerasca e Gandin (2008), que o

Planejamento Participativo consagra a necessidade de um projeto político, mostra como estrutura-lo e como organizar um processo técnico que lhe seja coerente; estabelece a participação como elemento chave de uso do poder em todos os graus e organiza instrumentos para realiza-la (p.15).

Diante dessa afirmação, percebe-se que o planejamento, de forma participativa, contribui na prática de compartilhar experiências e com isso contribui também para o seu desenvolvimento. Nesse viés, a participação dos professores no Projeto Político do Curso de Serviço Social, faz-se imprescindível.

Percebe-se que os entrevistados buscam, mesmo sem conhecer o PPC atual, agir de forma integrada, através de conversas formais e, às vezes informais, tratando das especificidades das disciplinas no Curso.

Outro ponto questionado aos entrevistados no que diz respeito às disciplinas do Curso foi a possibilidade de agregar disciplinas optativas, voltadas à situações sociais vivenciadas pelo aluno na comunidade, para tanto, houve as seguintes sugestões:

As disciplinas que fazem parte do Curso de Serviço Social são de grande relevância, porém é necessário que haja a inserção de outras disciplinas na grade curricular que contribuam para o melhor entendimento do aluno junto à realidade ora vivenciada. Sugiro que sejam acrescentadas ao curso as disciplinas relacionadas com a área sócio-jurídica, ao meio ambiente (EDUCADOR 2).

O curso de Serviço Social deve se aproximar mais da realidade e com isso ir acrescentando outras disciplinas que promovam ao aluno uma maior interação com as causas existentes na sociedade (EDUCADOR 1).

A partir dessas declarações, percebe-se que se faz necessário aos professores do Curso de Serviço Social da FAN, participar da reelaboração do PPC, quando poderão contribuir com suas experiências no campo de atuação e como profissionais de outras áreas de formação do profissional Assistente Social, já que o mesmo tem uma gama de espaços para atuar.

Diante dessa discussão, realizada com os sujeitos pesquisados e que estão inseridos nos dois espaços sociais diferentes, apresenta-se uma proposta de agenda comum entre o Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Portal do Sertão e a Faculdade Nobre de Feira de Santana, através do Curso de Serviço Social.

Para tanto, faz-se necessário que esta proposta seja acatada pelos parceiros e que o objetivo dessa pesquisa seja alcançado, e, com isso ocorram mudanças a partir da potencialização e do fortalecimento do desenvolvimento social no Território, conforme aponta MUTIM (1992, p. 115) que “precisa integrar a formação de educadores, técnicos e outros segmentos representativos da sociedade para que possam atuar como agentes de desenvolvimento na consolidação do Desenvolvimento Local Sustentável”.

É a partir dessa iniciativa que se espera por resultados positivos na sociedade de acordo com o já apontado e garantido nas leis federais, dentre elas a Constituição Federal de 1988.

A proposta de agenda comum entre a FAN e o CODES Portal do Sertão perpassa pela metodologia participativa, que terá como produto, um Plano de Ação,

que apresenta propostas que podem contribuir com o desenvolvimento social do Território, além de apresentar o tempo em que devem ser realizadas as ações e os responsáveis por elas.

Tal proposta deve ser pautada de acordo com a realidade vivenciada pela IES e também pelos municípios do TIPS. Algumas das mudanças recentes vivenciadas pelo Curso de Serviço Social são: alteração da coordenação do Curso de Serviço Social; dificuldade de encontrar espaços de estágio curricular; e, ainda, com a preocupação de fazer o curso com a qualidade que ele merece.

Frente a essas mudanças, houve reuniões com a diretoria da IES para apresentação de algumas ações que possam ser desenvolvidas no Território, buscando com isso maior integração e articulação com as ações já desenvolvidas pelo CODES, conforme segue no Quadro 4:

QUADRO 4: PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO DA FAN
PARA O TERRITÓRIO PORTAL DO SERTÃO

AÇÕES	ATIVIDADES	ATÉ QUANDO	RESPONSÁVEIS
No nível teórico do Curso	1. Reelaboração do Projeto Político do Curso;	1. Até Junho de 2015;	1. Coordenação e Professores do Curso;
	2. Inserção de novas disciplinas no Curso;	2. Até 2014;	2. Coordenação e Professores do Curso;
	3. Realizar atividades de pesquisa através das disciplinas;	3. Até 2014;	3. Professores do Curso;
No nível prático do Curso	1. Implantar Núcleos de Estudo Pesquisa e Extensão;	1. Até Dezembro de 2013;	1. Coordenação do Curso e Diretoria Acadêmica;
No nível externo da FAN	1. Apresentar as potencialidades do Curso e sua importância às Instituições dos Municípios;	1. Até Dezembro de 2013;	1. Diretoria Acadêmica, Coordenação do Curso e Gestores Municipais;
	2. Firmar parcerias/convênios com os municípios;	2. Até Dezembro de 2013;	2. Diretoria Acadêmica e Gestores Municipais;
	3. Visitar os espaços de estágio onde tem alunos da FAN;	3. Até dezembro de 2013;	3. Coordenação do Curso, Coordenação de Estágio, Professores de Estágio;
No nível do CODES	1. Participar dos eventos do Território;	1. 2013;	1. FAN/CODES;
	2. Elaborar um diagnóstico da realidade social do Território;	2. Até Dezembro de 2014;	2. FAN/CODES
	3. Implementar Programas e Projetos sociais no Território;	3. Até 2015;	3. FAN/CODES

A proposta do Plano de Ação foi apresentada à diretoria da FAN e ao corpo docente do curso de Serviço Social, em reunião do Colegiado do Curso²⁴ com a participação dos diretores acadêmicos e administrativos, conforme ata anexa. As reflexões sobre a proposta foram positivas no sentido de que o Curso de Serviço Social precisa ser revisto na Faculdade para que atenda às demandas que estão sendo apresentadas pela sociedade e também pelo Ministério da Educação, para

²⁴ Entende-se por Colegiado o grupo de professores do Curso de Serviço Social.

tanto é necessário que haja uma participação direta e que a Faculdade reconheça a partir desse estudo que pode potencializar suas ações e também contribuir com o desenvolvimento social do Território.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa emerge de uma insatisfação da pesquisadora que ao estar inserida como docente da FAN que é uma IES privada, a partir de sua percepção da realidade como profissional do Serviço Social, compreendeu que o desenvolvimento social não estava sendo priorizado como deveria junto à Política de Desenvolvimento Territorial.

Após vários estudos, discussões, participação em diversos espaços sociais como, reuniões do CODES, Seminários Estaduais, Núcleos de Estudos como o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental, Políticas Públicas e Gestão Social dos Territórios (GEPET) da UNEB, chegou-se a conclusão que o tema é de grande relevância social e pode ser executado a partir das atividades propostas por meio de um Plano de Ação.

Considerando o conceito e as práticas das Políticas Públicas e vislumbrando a possibilidade de uma construção conjunta a pesquisa aplicada buscou analisar as concepções de diretores, professores e alunos do Curso de Serviço Social da Faculdade Nobre (FAN) sobre o Desenvolvimento Territorial, como base para refletir sobre as possíveis contribuições da Instituição de Ensino para a gestão social e sustentável do Território Portal do Sertão/Bahia.

Complementamos esta reflexão com informações colhidas diretamente dos conselheiros do CODES conforme a metodologia adotada para coleta, análise e interpretação dos dados. Os resultados da pesquisa relatados nos diferentes capítulos desta dissertação permitem concluir que o objetivo geral foi alcançados e com isto afirmar que agora foi dada a largada para consolidar uma maior integração entre a FAN e o CODES. Para alcançar este objetivo geral fomos estruturando as etapas da pesquisa com base nos objetivos específicos sendo que os mesmos pretendiam: a) Compreender a relação entre as Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial e de Assistência Social, focando o contexto da FAN e do Território Portal do Sertão; b) Analisar as concepções de professores e alunos do curso de Serviço Social da FAN e de Conselheiros Territoriais sobre o Desenvolvimento Territorial e o Serviço Social; e, c) Propor a criação de um programa de ação e agenda comum entre a FAN e o Conselho de Desenvolvimento Sustentável (CODES), viabilizando meios institucionais para ampliar a participação dos estudantes e dos professores do Curso de Serviço Social nas atividades do

Conselho, assim como a participação dos membros do CODES nas atividades da FAN.

Buscamos atingir os objetivos propostos neste trabalho, através de uma abordagem metodológica voltada para a pesquisa aplicada, que terá ainda um acompanhamento e monitoramento das ações para que a mesma possa ser avaliada junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES), responsável pela avaliação do GESTEC. O produto da nossa pesquisa é o Plano de Ação apresentado no quadro 04, com as respectivas atividades que deverão ser desenvolvidas, às quais já informadas através de reunião, à diretoria e professores do Curso de Serviço Social da FAN.

No decorrer da pesquisa foi possível observar a ocorrência de aspectos que consideramos relevantes que apontam para dificuldades que precisam ser superadas principalmente no que diz respeito à Política de Desenvolvimento Territorial houve uma redução nos investimentos por parte dos governos federal e estadual, e no que diz respeito ao CODES, os seus membros não atuaram como deveriam, já que só participam ativamente das reuniões quando há interesses próprios, o que causa desânimo para algumas pessoas que buscam e lutam pelo desenvolvimento territorial de qualidade para todos. Talvez seja por essa inércia, que a política de desenvolvimento territorial ainda não tenha se transformado numa Política Pública.

No âmbito dos municípios esse efeito da política assistencialista, tem se fortalecido, principalmente, com a permanência do período de estiagem, que no Território Portal do Sertão vem sendo assolado a cada dia, com a falta de chuvas e conseqüentemente com a falta de investimentos para a minimização da seca e não se tem investimentos alocados nos orçamentos públicos para o combate à seca.

Com respeito à FAN podemos salientar o pouco conhecimento que os professores têm sobre a política de desenvolvimento territorial, ademais, por não estarem envolvidos com o projeto político do curso e ainda, a própria IES não ter ainda despertado para a importância de uma atuação mais incisiva no Território, sem contar com a falta de entendimento dos estudantes que também não se apropriaram ainda dessa discussão nos seus municípios de origem.

Diante dessas limitações, vale ressaltar que o tema em questão, no mínimo, despertou nos atores sociais entrevistados o desejo de conhecer o significado da política de desenvolvimento territorial e como esta pode ser potencializada pelo

curso de Serviço Social. Neste íterim foram apresentadas e discutidas várias propostas de uma possível integração entre ambas. Além do mais, os professores foram provocados a repensar o PPC do Curso e, quiçá reelaborá-lo, além do envolvimento dos estudantes através de reuniões na própria Faculdade, sobre a temática do Desenvolvimento Territorial e o Serviço Social.

Com esse propósito encerra-se a primeira parte do trabalho acadêmico que foi a aprovação desta dissertação e começa agora, a busca de colocar em prática uma intervenção direta no desenvolvimento territorial do Portal do Sertão a partir de ações de uma IES particular, talvez esse seja o grande desafio!

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. 6. ed. – São Paulo : Cortez, 2011.

ALENCAR , Mônica Maria Torres de. **Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família**. In: Política Social, família e juventude : uma questão de direitos. – 6. ed. – São Paulo : Cortez, 2010.

ALMEIDA, Gerson. **A participação social no governo federal**. In: Experiências internacionais de participação. São Paulo : Cortez, 2010. – (Coleção Pensando a Democracia Participativa, v.2).

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Nova ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. – 7ª reimpressão.

BRAGA, Kátia Soares. **Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação**. In: Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação. – Brasília : Thesaurus, 2007, 192 p.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 9. ed. rev. e atual. – Brasília : Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação das Publicações, 2006.

_____, **Lei Orgânica de Assistência Social – Lei Nº 8742, 07/12/1993**. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. – 5 ed. – Brasília: MDS, 2004.

_____, **Política Nacional de Assistência Social**, 1998. Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS – Brasília: 1998.

_____, **Política Nacional de Assistência Social – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. – Brasília: MDS, 2004.

_____, **Direitos Humanos no Cotidiano: manual/ (prefácio de Fernando Henrique Cardoso)**. – 2. ed. – Brasília, Ministério da Justiça, Secretaria de Estado do Direitos Humanos, 2001.

_____, **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais**. Série Documentos Institucionais. Brasília, 2005.

_____, **Lei Darcy Ribeiro. LDB : Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. 102 p.

_____, Conselho Federal de Serviço Social. **Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a assistente social**. Brasília: CFESS, 2011. 188 p.

_____, Ministério da Justiça. **Direitos Humanos no cotidiano**. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. UNESCO. 2001.

CABELLO, Lincoln Mattos. **Sustentabilidade x educação**. In: Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.12, n. 43, abr/jun. 2004, p. 748-758.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. **Educação Superior : construindo a extensão universitária nas IES particulares**. São Paulo : Xamã, 2007.

CAMPOS, Edval Bernardino. Assistência Social: do descontrole ao controle social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Ano XXVI, n. 88, nov 2006, p.101-121.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: um longo caminho**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulação. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Ano XXVI – nº 87 – set 2006, p. 123-131.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo**. 18. ed. atualizada e ampliada. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARRIÈRE, Jean-Paul; Cazella, Ademir Antonio. **Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial**. In: Eisforia/ Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. – v.1, n. 1 – Florianópolis: PPGAGR, 2003.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Gestão social: como obter eficiência e impacto nas políticas sociais**. – Brasília: ENAP, 2007.

CONTAG. **Programa de Fortalecimento de Lideranças e Técnicos em Desenvolvimento Local Sustentável**. Brasília, 1998.

COSTA, Benhur Piños da. **O espaço social, os sujeitos e as múltiplas microterritorializações urbanas**. In: Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais. 1. ed. – São Paulo : Expressão Popular, 2010.

DIAS, Wilson José Vasconcelos *et al.* **Territórios de identidade: um novo caminho para o desenvolvimento rural sustentável na Bahia**. Feira de Santana: Gráfica Modelo, 2006.

FERNANDEZ, Juan Antonio Rodrigues. **Metodologia da Pesquisa Científica**. In: Bases doutrinárias da administração sanitária. São Paulo : JOTACÊ, 1994.

FÉTIZON, Beatriz. **Prefácio**. In: Educação como exercício de poder: Crítica ao senso comum em educação. – 2. ed. – São Paulo : Cortez, 2010.

FONSECA, Antonio Angelo M. **Instituição e desenvolvimento territorial: o desempenho municipal após a descentralização.** – Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2005.

GANDIN, Danilo. **Temas para um projeto político-pedagógico.** 10. ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

GEMERASCA, Maristela P. e GANDIN, Danilo. **Planejamento Participativo na Escola. O que é e como se faz.** Coleção Fazer e Transformar. AEC do Brasil, SBN Quadra 01 – Bloco H – Loja 40 – Brasília, DF. 4ª edição: Julho de 2008. Edições Loyola.

GONH, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação.** 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial.** In: Teorias e práticas territoriais : análises espaços-temporais. 1. ed. – São Paulo : Expressão Popular, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** – 33. ed. – São Paulo : Cortez, 2011.

_____, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade : trabalho e formação profissional.** 22. ed. – São Paulo, Cortez, 2012.

LOPES, Márcia Helena Carvalho. **O tempo do SUAS.** In: Revista Quadrimestral de Serviço Social. Ano XXVII – n. 87 – Setembro 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social : Identidade e alienação.** 10. ed. – São Paulo : Cortez, 2006.

MARX, Karl. **O Manifesto do Partido Comunista.** Publicado pelo Instituto José Luis e Rosa Sundermann. 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 6. ed. – São Paulo : Hucitec; Rio de Janeiro : Abrasco, 1999.

MUTIM, Avelar Luiz Bastos. **Educação Ambiental e a gestão de sociedades sustentáveis: análise da articulação de processos educativos formais e não formais como estratégia para a gestão do Desenvolvimento Local Sustentável.** In: Revista da FAEEDBA: Educação e contemporaneidade / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I – v. 1, n. 1 (jan./jun., 1992) – Salvador : UNEB, 1992.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil : temas éticos e políticos da gestão democrática.** 2. ed. – São Paulo : Cortez, 2005.

ORSO, José Paulino. **A educação na sociedade de classes: possibilidades e limites.** In: Educação e luta de classes. 1. ed. -- São Paulo : Expressão Popular, 2008. 144 p.

PAIVA, Beatriz Augusto de. O SUAS e os direitos socioassistenciais. *A universalização da seguridade social em debate.* In: **Serviço Social e Sociedade**, Ano XXVII, nº 87, Set 2006, p.76-95.

PEREIRA, Potyara A. P. A nova divisão social do bem-estar e o retorno do voluntariado. In: **Serviço Social e Sociedade**, Ano XXIV, nº 73, Mar 2003, p.75-100.

PPI – Projeto Pedagógico Institucional. **Faculdade Nobre de Feira de Santana.** 2010.

PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Território Portal do Sertão. 2012.

RAICHELLIS, Raquel. Articulação entre os conselhos de políticas públicas – uma pauta a ser enfrentada pela sociedade civil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** Ano XXVII, nº 85, marco 2006, p. 109-116.

SABOURIN, Eric. TEIXEIRA, Olívio Alberto. **Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais – Conceitos, controvérsias e experiências.** Brasília: EMBRAPA informação tecnológica, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** – 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SARAVIA, Enrique. **Introdução à teoria da política pública.** In: Políticas Públicas; coletânea, v.1. Brasília: ENAP, 2006.

SISFAN, **Sistema de Informação da FAN.** Faculdade Nobre de Feira de Santana. 2013.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3ª ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC. 2001. 121 p.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. **Gestão Pública e democracia: a burocracia em questão.** – Rio de Janeiro : Lumem Juris, 2011.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global : limites e desafios da participação cidadã.** – 3. ed. – São Paulo : Cortez : Recife : EQUIP ; Salvador : UFBA, 2002.

THEYS, Jacques. **O ordenamento territorial face ao desenvolvimento sustentável: sentido e limites de uma integração.** In: Eisforia/Universidade

Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agrossistemas. – v.1, n.1 (jan./jun. 2003). – Florianópolis: PPGAGR, 2003.

TONNEAU, Jean Phillippe; VIEIRA, Paulo Freire. **Que diretrizes de pesquisa para o desenvolvimento territorial sustentável no Brasil?** In: Eisforia/Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. – v.1, n.1 (jan./jun.2003). – Florianópolis: PPGAGR, 2003.

TORRES, Júlio César. Sociedade Civil como recurso gerencial? Indagações acerca da política de Assistência Social no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade**. Ano XXIV n.73 mar 2005.

VEIGA, José Eli da. **Território para um desenvolvimento sustentável**. In: Revista Territórios.

SITES:

www.mda.gov.br, acessado em 11 de Julho de 2011, às 16:43'.

www.mda.gov.br/sdt, acessado em 07 de Julho de 2012, às 23:28'.

www.seplan.ba.gov.br, acessado em 03 de Julho de 2011, às 20:23'.

www.sei.ba.gov.br, acessado em 12 de Julho de 2011, às 09:45'.

www.sei.ba.gov.br, acessado em 07 de Julho de 2012, às 23:45'.

www.fan.com.br, acessado em 07 de Julho de 2012, às 23:47'.

<http://enadeies.inep.gov.br/enadeles/>, acessado em 08 de Julho de 2012, às 00:38'.

http://cacphp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico_social/MSS35.pdf, acessado em 22 de Julho de 2012, às 18:02'.

APÊNDICES



DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO – GESTEC
MESTRADO PROFISSIONAL – ÁREA 01

ROTEIRO DE ENTREVISTAS
DOCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

I – CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

Nome _____

Estado Civil _____ Data de Nascimento _____

Escolaridade _____ Formação: _____

Município _____ Sexo _____

II – ATUAÇÃO NA FACULDADE NOBRE

Há quanto tempo atua na Instituição? _____

Como foi seu ingresso na Instituição? _____

Você conhece a missão da Instituição? () Sim () Não

Se sim, na sua avaliação a missão da Instituição preconiza uma atuação voltada para o desenvolvimento social? De que forma?

Qual a disciplina que ministra? _____

Você tem autonomia nas suas disciplinas e em sala de aula?

Sim () Não ()

De que forma?

Participa de todas as reuniões do colegiado?

Sim () Não ()

Quais as discussões mais comuns nas reuniões de colegiado?

Quais as dificuldades enfrentadas na Instituição como docente?

Quais as facilidades enfrentadas?

III – A FAN E O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Como são discutidas as questões referentes à Educação Superior Na Instituição?

Como são discutidas as questões do Serviço Social na Instituição?

Há discussão sobre o Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social?

() Sim () Não

Se sim, como se dão essas discussões? De quanto em quanto tempo?

Quais as suas sugestões para a melhoria do Curso de Serviço Social na Instituição?

Qual a sua avaliação entre a teoria e a prática do Curso de Serviço Social e a Sociedade?

As disciplinas que são ministradas no curso condizem com a realidade enfrentada pelo profissional de Serviço Social?

Existem disciplinas que poderiam ser agregadas ao Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social? () Sim () Não

Se sim, quais?

O planejamento do Curso é feito de forma participativa? () Sim () Não

Porque?

Quais as ferramentas utilizadas no planejamento do curso?

Há discussão entre docentes sobre as disciplinas a serem ministradas?

() Sim () Não

Se sim, de que forma essas discussões ocorrem?

() troca de planos

() conversas formais monitoradas

() conversas informais

Quais as suas sugestões para a melhoria do Curso de Serviço Social na Instituição?

Você conhece o regimento do Curso de Serviço Social?

() Sim () Não

Se sim, como você discute o que consta no Regimento Interno?

IV – A FAN E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PORTAL DO SERTÃO

Existem na Faculdade Grupos de Estudos, Núcleos de Estudos, Projetos de Extensão?

Sim () Não ()

Qual a importância desses espaços para você?

Essas práticas contribuem para a formação profissional dos alunos? De que forma?

Considera que os professores do Curso de Serviço Social contribuem para dinamizar essas ações na Instituição? De que forma?

Na sua avaliação, o desenvolvimento social ocorre de que forma fora da Instituição?

E como a FAN contribui para o Desenvolvimento Social no TIPS?

Quais as ações desenvolvidas nessa área?

E sobre a Responsabilidade Social da Instituição? O que você comenta sobre o assunto?

V – O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Você sabe o que é desenvolvimento territorial? Sim () Não ()

Comente: _____

Já participou de alguma atividade/ação sobre o tema? () Sim () Não

Se sim, qual?

Considera que o desenvolvimento territorial é uma política pública? Porque?

Considera que o desenvolvimento territorial contribui para o desenvolvimento social? Porque?

Considera ainda que o desenvolvimento territorial é importante para o Serviço Social e vice versa? Porque?

Em qual Território está inserida a FAN? _____

Na sua avaliação a FAN contribui para o desenvolvimento territorial do Portal do Sertão? () Sim () Não

De que forma?

VI – COMENTÁRIOS FINAIS

Quais suas sugestões para uma melhor atuação da FAN no Território de Identidade Portal do Sertão?

Como melhor contribuir enquanto docente para a formação profissional dos futuros colegas, compreendendo que o Assistente Social é um “promotor” de políticas públicas sejam elas sociais e/ou territoriais?



**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO – GESTEC
MESTRADO PROFISSIONAL – ÁREA 01**

**ROTEIRO DE ENTREVISTAS
DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL/FAN**

I – CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONOMICA

Nome _____

Data de Nascimento _____ Sexo _____

Estado Civil _____ Município _____

Escolaridade/Semestre _____

II – CONHECIMENTO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O que são Políticas Públicas?

Você atua em alguma delas? Se sim, em qual?

Já ouviu falar da Política de Desenvolvimento Territorial?

Sim () Não ()

Se sim, o que sabe sobre ela?

Considera essa política pública importante? Porque?

III - O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Porque escolheu fazer Serviço Social?

O que espera apreender com o Curso?

Como pretende atuar nas Políticas Públicas após a conclusão do Curso?

Em qual política Pública pretende atuar?

Considera que o Curso de Serviço Social da FAN contribui para o desenvolvimento da Política de Desenvolvimento Territorial? De que forma?

IV – A FAN E O CODES PORTAL DO SERTÃO

Na sua avaliação, como a FAN pode contribuir para o fortalecimento do desenvolvimento social do Território de Identidade Portal do Sertão?



UNEB



GESTEC

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO – GESTEC
MESTRADO PROFISSIONAL – ÁREA 01

ROTEIRO DE ENTREVISTAS
DIRETORIA DA FACULDADE NOBRE

I – CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONOMICA

Nome _____

Data de Nascimento _____ Sexo _____

Estado Civil _____ Município _____

Escolaridade/Semestre _____

II – A FAN

O Grupo Nobre de Ensino existe há mais de três décadas, como surgiu a idéia de implantar uma Faculdade?

Quais as dificuldades e facilidades para a criação da Faculdade?

Houve alguma forma de divulgação da Faculdade nos municípios próximos à Feira de Santana?

III – A FAN E O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Porque o Curso de Serviço Social como primeiro curso da FAN?

Houve alguma indicação por parte da sociedade para a implantação do curso?

Quais as maiores dificuldades enfrentadas pela instituição com o Curso de Serviço Social?

E quais as maiores vantagens que o curso de Serviço Social traz para a Faculdade?

A instituição já formou até o momento 12 turmas de profissionais de Serviço Social, cerca de 450 Assistentes Sociais. Como a FAN visualiza/valoriza esse número?

IV – A FAN E O TERRITÓRIO PORTAL DO SERTÃO

Por se tratar de uma instituição de reconhecimento nacional pela sua qualidade de ensino, a FAN tem participado das ações desenvolvidas no Território Portal do Sertão?

Há uma sensibilidade por parte da instituição no que diz respeito ao desenvolvimento social do Território Portal do Sertão? De que forma?

Como a FAN pode contribuir com o fortalecimento do desenvolvimento social desse Território?

Cerca de 10% dos alunos do Curso de Serviço Social são moradores dos municípios inseridos no Território Portal do Sertão. A Instituição já pensou em alguma estratégia que possa aumentar esse número?

Estima-se que cerca de 60% dos Assistentes Sociais que estão nos municípios do Território Portal do Sertão foram formados pela FAN, como esse número pode contribuir para o desenvolvimento social do Território e também para a política interna da Instituição?

De que forma a FAN pode buscar parcerias junto aos municípios do Território Portal do Sertão na busca do fortalecimento do Curso de Serviço Social?



**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO – GESTEC
MESTRADO PROFISSIONAL – ÁREA 01**

**ROTEIRO DE ENTREVISTAS
REPRESENTANTES DO CODES**

I – CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

Nome _____
 Estado Civil _____ Data de Nascimento _____
 Escolaridade _____ Município _____
 Sexo _____ Representação: Poder Público () Sociedade Civil ()

II – ATUAÇÃO NO CODES

Há quanto tempo atua como Conselheiro/a Territorial? _____

O que levou a atuar como Conselheiro/a? _____

Qual a sua função no CODES? _____

Participa de todas as reuniões do CODES: Sim () Não ()

Participa de todas as atividades desenvolvidas pelo CODES:

Sim () Não ()

Quais as dificuldades enfrentadas pelo CODES:

Quais as facilidades enfrentadas pelo CODES:

Quais os principais temas discutidos no CODES? Porque?

III - O CODES E A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Existe um Grupo de Trabalho sobre Educação no Território de Identidade Portal do Sertão: Sim () Não ()

Como são discutidas as questões referentes à Educação Superior no Território de Identidade Portal do Sertão?

Existe algum tipo de parceria entre o CODES e alguma Instituição de Ensino Superior Privada? Sim () Não ()

Se sim, de que forma? _____

Se não, porque? _____

Considera importante essa parceria, porque?

IV – O CODES E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PORTAL DO SERTÃO

Existe um grupo de trabalho sobre Desenvolvimento Social no Território?

Sim () Não ()

Qual a importância desse tema para o Território?

Quais as discussões que mais acontecem sobre essa temática?

Considera que estudantes e/ou professores do Curso de Serviço Social pode contribuir para dinamizar as ações do Grupo de Trabalho? De que forma?

V – A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CODES

Existe participação de pessoas externas no CODES? Sim () Não ()

Se sim, de que forma? _____

Nas reuniões do CODES, quem mais participa são os representantes do Poder Público ou os representantes da Sociedade Civil?

Existe divulgação externa da agenda do CODES? De que forma?

Considera importante a participação das pessoas no CODES? Porque?

VI – COMENTÁRIOS FINAIS

Quais suas sugestões para uma melhor atuação do CODES no Território de Identidade Portal do Sertão?



UNEB



GESTEC

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO E TECNOLOGIAS
 APLICADAS À EDUCAÇÃO – GESTEC
 MESTRADO PROFISSIONAL – ÁREA 01

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Título do Projeto: Desenvolvimento Territorial e Serviço Social: Desenvolvimento Territorial Sustentável e Serviço Social: contribuições da Faculdade Nobre (FAN) para a gestão social do Território Portal do Sertão/Bahia em articulação com o Conselho de Desenvolvimento Sustentável (CODES).

Pesquisadora responsável: Conceição Eliana Carneiro

Pesquisador Orientador: Professor Doutor Avelar Bastos Mutim

Eu, _____, afirmo ter conhecimento dos procedimentos relacionados à pesquisa, cujo objetivo é: “Analisar as concepções de professores e alunos do Curso de Serviço Social da Faculdade Nobre (FAN) sobre o Desenvolvimento Territorial como base para refletir sobre as possíveis contribuições da Instituição de Ensino para a gestão social e sustentável do Território Portal do Sertão/Bahia”. A metodologia do trabalho envolve princípios da participação, usando como processos de levantamento de informação, a observação, entrevistas exploratória ou semi-estruturadas (gravadas em equipamento digital) e questionários, e como procedimentos de análise, utilizará a análise de conteúdo e técnicas estatísticas.

Declaro para fins de direito, que estou ciente e de acordo em participar de modo voluntário e gratuitamente no referido estudo, que não apresenta riscos à minha integridade física, moral ou mental. Autorizo a divulgação dos resultados das análises, estando ciente de que será garantido absoluto sigilo sobre a minha identidade, que meu nome não aparecerá em nenhuma publicação e que este estudo não reverterá em benefícios pessoais aos participantes, mas contribuirá para a ampliação do conhecimento em relação ao tema. Sei que tenho liberdade de recusar a participar da pesquisa e deixá-la a qualquer momento, sem que isso traga nenhum prejuízo às minhas atividades na instituição.

Feira de Santana, ___/___/_____.

 Assinatura do participante

 Assinatura da pesquisadora

Contato com a pesquisadora: Departamento de Educação – Campus I, Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação – GESTEC – Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Rua Silveira Martins, 2555, Cabula – Salvador – BA. CEP: 41.150-000. E-mail: lio.1@terra.com.br.

ANEXOS